

**O Nascimento Fora do Matrimónio na Freguesia de Santa Cruz da Ilha
Graciosa (Açores): 1790-1840**

Fernanda Luísa Gaspar Marques Pinto

**Dissertação de Mestrado
em História do Império Português**

Dezembro de 2015

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História do Império Português, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Paulo dos Mártires Lopes Teodoro de Matos

**O Nascimento Fora do Matrimónio na Freguesia de Santa Cruz da Ilha Graciosa
(Açores): 1790 - 1840**

Fernanda Luísa Gaspar Marques Pinto

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Ilegitimidade, demografia histórica, família, história social, Antigo Regime/Liberalismo, Ilha Graciosa (Açores), fontes nominativas.

Esta dissertação é um estudo demográfico e social da freguesia de Santa Cruz (Ilha Graciosa), que tem como propósito analisar o fenómeno do nascimento fora do matrimónio na referida freguesia no período de 1790 a 1840. A presente investigação integra, ainda, a relação do conhecimento da ilegitimidade com o crescimento populacional e a emigração, bem como a eventual ligação entre crianças expostas e ilegítimas. Com o objectivo de entendermos este comportamento e de conhecer as suas causas, encetamos uma recolha de dados através, essencialmente, de duas fontes, Registos de baptismo (1790-1840) e de um Rol de confessados (1839). Os resultados decorrentes desta investigação foram posteriormente enquadrados numa dinâmica envolvente, num primeiro nível, na ilha Graciosa e num segundo nível numa abordagem mais englobante e comparativa, com outros estudos, outros locais. Assim, e porque o contexto económico e demográfico, e a geografia física e humana se traduzem nas mentalidades e comportamentos, foi importante conhecê-los. Do mesmo modo, estudamos o tema da ilegitimidade e da demografia histórica na Europa e em Portugal, em particular, no arquipélago dos Açores. Tendo em conta a complexidade do tema abordado e sempre numa perspectiva de valorização do mesmo, procedemos sempre que possível, à sua confrontação com outros estudos similares. Deste modo, é com a exploração de todas estas variáveis que procedemos à sua interpretação. Da mesma forma, ambicionamos que o nosso contributo para o seu conhecimento, se traduza no interesse de futuros trabalhos, fornecendo elementos para novas reflexões, mais abrangentes. Assim sendo, de uma forma resumida evidenciamos o essencial que decorre de toda a nossa análise. Um primeiro ponto, diz respeito aos desequilíbrios demográficos que a população da Graciosa apresentava (elevadas taxas de natalidade e uma mortalidade reduzida). Outra realidade, traduzia-se por uma idade tardia ao casamento e um elevado celibato. Outro pressuposto é que a freguesia de Santa Cruz, desde meados do século XVIII, sofreu grandes saídas de elementos do sexo masculino (emigração). Será, provavelmente, a emigração, uma das explicações para tão elevados níveis de ilegitimidade. Quer isto dizer, que todos estes aspectos inter-ligados, originaram o fenómeno da ilegitimidade: a emigração conduziu à escassez de homens, que por sua vez dificultou o acesso ao matrimónio, aumentou a idade média ao primeiro casamento, resultando muitas vezes no celibato.

**The Birth Outside Marriage in the Santa Cruz Parish, Graciosa's Island (Azores):
1790-1840**

Fernanda Luísa Gaspar Marques Pinto

ABSTRACT

Keywords: Illegitimacy, historical demography, family, social history, ancien régime/liberalism (the political and social system), Graciosa Island (Azores), nominative sources.

This dissertation is a demographic and social study of Santa Cruz (Graciosa Island) parish, which aims to analyze the phenomenon of birth outside marriage during the period from 1790 to 1840. This research integrates the knowledge of illegitimacy ratio with the population growth and migration, as well as the possible link between children and illegitimate. In order to understand this behavior and to know its causes, we enter into a data collection by, essentially, of two sources, baptism records (1790-1840) and parish census of the inhabitants (1839). The results arising from this investigation were later included in a dynamic environment, a first level, on Graciosa Island and a second level in a comprehensive and comparative approach, with other studies and other places. Therefore, and because the economic and demographic context, and the physical and human geography are the mindsets and behaviors, it was important to meet them. Likewise, we studied the theme of illegitimacy and historical demography in Europe and in Portugal, in particular, in the archipelago of Azores. Taking into account the complexity of this issue and whenever possible with view to enhancing to its confrontation with other similar studies. Thus, it is with the exploitation of all these variables that will lead to its interpretation. Similarly, our ambition is that our contribution to their knowledge, results in the interest of future works, providing elements to new reflections, and more comprehensive one. As a result, we briefly showed the essential that stems from our analysis. The first point concerns the imbalance that the population of Graciosa featured (high birth rates and low mortality). Another reality, is a late age at marriage and the high permanent celibacy. Another assumption is that the parish of Santa Cruz, since the mid-18th century, suffered heavy emigration of male elements. Therefore it might be probably the emigration one of the explanations for such high levels of illegitimacy. This means, that all these aspects connected each other led to the phenomenon of illegitimacy: emigration contributed to the shortage of men, which in turn hindered access to marriage, increased the average age at first marriage, resulting often in celibacy.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - A TERRA E AS GENTES.....	3
1.1 - Geografia Física	3
1.2 - Geografia Humana.....	5
1.2.1 - Descoberta, povoamento e colonização	5
1.2.2 - Demografia	7
1.2.3 - Economia	8
CAPÍTULO 2 - AS FONTES E SUA METODOLOGIA.....	10
2.1 - Considerações Iniciais	10
2.2 - As Fontes.	13
2.2.1 - Os registos paroquiais	13
2.2.2 - Os róis de confessados	16
2.2.3 - Metodologia	19
CAPÍTULO 3 - A CONJUNTURA DEMOGRÁFICA.....	21
3.1 - A Evolução dos Habitantes e Ritmos de Crescimento	22
3.2 - As Estruturas Etárias.....	24
3.3 - Natalidade, Nupcialidade e Mortalidade.....	27
CAPÍTULO 4 - A MATERNIDADE FORA DO MATRIMÓNIO E O ABANDONO DE CRIANÇAS	33
4.1 - Volumes, Tendências e Estado Civil	36
4.2 - Naturalidade	37
4.3 - Idade Média ao Nascimento do Primeiro Filho e Reincidência	40
4.4 - Ilegitimidade e Padrões de Residência: a Distribuição Familiar das Progenitoras em 1839.....	47
4.5 - A Condição Social.....	53
4.6 - O Abandono de Crianças na Ilha Graciosa	58
CONCLUSÕES	62
FONTES E BIBLIOGRAFIA	66
Fontes Manuscritas	66
Fontes Impressas	66
Estudos	67

LISTA DE FIGURA.....	71
LISTA DE QUADROS.....	71
LISTA DE GRÁFICOS.....	71

INTRODUÇÃO

O tema da nossa dissertação relaciona-se com o nascimento fora do matrimónio em Santa Cruz, ilha Graciosa (Açores) entre 1790 e 1840.

A escolha deste tema prende-se sobretudo com o facto de já existirem alguns estudos que demonstraram elevados níveis de ilegitimidade nos Açores, na ordem dos 20%, em particular nas ilhas de São Jorge e Graciosa. Relativamente a São Jorge o fenómeno encontra-se estudado, mas no que diz respeito à Graciosa pouco se conhece. Acreditamos, assim, estar na presença de um importante fenómeno regional.

Deste modo, o nosso objectivo é o de contribuir para o seu conhecimento através de um estudo demográfico e social que por sua vez se integra numa visão mais abrangente da demografia da ilha, relacionando-o com o crescimento populacional e a emigração, assim como a eventual ligação entre crianças expostas e ilegítimas.

Os dados obtidos dizem respeito à freguesia de Santa Cruz; são informações recolhidas dos registos paroquiais de baptismo entre 1790 e 1840, bem como dados contidos no rol de confessados de 1839 (mais exactamente, uma lista nominativa dos habitantes) desta mesma freguesia. Estas bases de dados poderão ser enriquecidas com outras fontes, permitindo assim, obter um estudo mais aprofundado deste tema.

Ao longo deste trabalho, tentaremos sempre que possível valorizá-lo, comparando-o com outros estudos já realizados, por exemplo, ao nível da Europa, assim como de Portugal, em particular da ilha de São Jorge. Assim, enquadrámos os comportamentos desta freguesia, numa perspectiva mais geral, em que os resultados mais relevantes serão ajustados num desenvolvimento de carácter interpretativo, à luz das leituras realizadas e dos dados obtidos.

Dada a complexidade do tema em análise, considerámos importante proceder a uma recolha da historiografia existente sobre a ilegitimidade na Europa, com trabalhos de Pierre Chaunu, Peter Laslett, Edward Shorter e Andrew Blaikie. Em Portugal, com estudos de Maria Norberta Amorim, Brian Juan O'Neill, Fátima Brandão e nos Açores, com Maria Norberta Amorim e Paulo Teodoro de Matos. Apresentamos,

também, uma pequena resenha sobre o percurso da demografia histórica desde o seu nascimento em meados dos anos 50, até ao que se tem feito em Portugal, em particular no arquipélago dos Açores.

Nesta dissertação de mestrado e ao longo de quatro capítulos, procederemos em primeiro lugar à explicitação do enquadramento da ilha Graciosa ao nível da geografia física e humana, principalmente a sua economia e demografia pois as suas particularidades influenciaram e condicionaram, certamente, os seus comportamentos, designadamente, a ilegitimidade. Num segundo capítulo, prosseguiremos com a explicação das fontes e do método a que recorreremos. De seguida, desenvolveremos a conjuntura demográfica da ilha, especialmente da freguesia de Santa Cruz, descrição esta que consideramos primordial para a elaboração das futuras conjecturas sobre o tema. No quarto capítulo, através da literatura citada e dos dados obtidos, procederemos à sua discussão e interpretação.

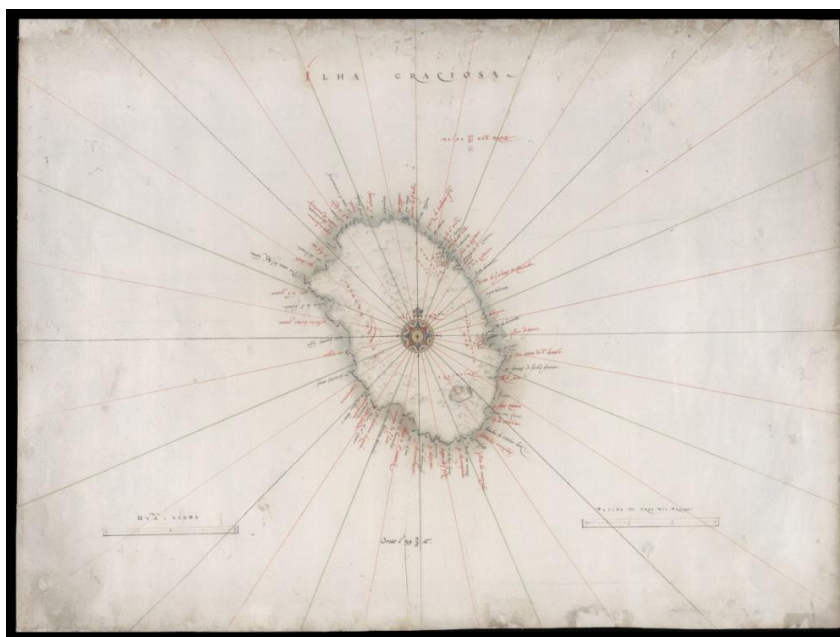
É neste âmbito que procederemos à análise e reflexão do “Nascimento fora do Matrimónio na freguesia de Santa Cruz, ilha Graciosa, no limite temporal de 1790 a 1840”, numa tentativa de averiguar as suas causas, afim, de o entendermos.

CAPÍTULO 1 - A TERRA E AS GENTES

1.1 – Geografia Física

A Ilha Graciosa conhecida por “ilha branca” epíteto que lhe foi atribuído por Raul Brandão na obra *As Ilhas Desconhecidas – Notas e Paisagens*, 1926, é uma das ilhas do arquipélago dos Açores, situada no oceano Atlântico. Faz parte do grupo central deste arquipélago, sendo a mais setentrional. Com 60,66 km² (12,5 quilómetros de comprimento e 7,5 de largura).

Figura 1.1 – Mapa da Ilha Graciosa



Fonte: Mapa da Ilha Graciosa, (anterior a 1800), Autor Desconhecido, Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

Chama-se a esta ilha “Graciosa”, por ser o nome com que a denominaram seus descobridores. “O verde esmalte que atapetava os campos e montes, sem o assombrado dos matos que ornavam as outras ilhas, causou tão grata impressão no ânimo dos descobridores, que logo a denominaram “graciosa”.¹ Do mesmo modo em 5

¹ António Borges do Canto Moniz, *Ilha Graciosa (Açores): Descrição Histórica e Topographica*, Angra do Heroísmo, Imprensa da Junta Geral, 1883, p. 11.

de Julho de 1845, o jornal português *A Ilustração* ao falar das ilhas, refere assim a Graciosa: “Graciosa que corresponde a esta denominação”. Também Raul Brandão, na sua obra *As Ilhas Desconhecidas – Notas e Paisagens*, alude à beleza da ilha:

Na luz matutina e fria das quatro horas tenho diante de mim um espectáculo único, quatro ilhas saindo do mar ao mesmo tempo – a Graciosa de um verde muito tenro acabando de um lado e de outro em penhascos decorativos; [...].

Raul Brandão, *As Ilhas Desconhecidas – Notas e Paisagens*, Lisboa, Quetzal Editores, 2011, p. 24.

Como quase todas as ilhas do arquipélago açoriano, deve a sua origem a uma grande manifestação vulcânica submarina apresentando ainda claros vestígios de erupções anteriores à sua descoberta. Santa Cruz, a principal povoação da ilha, ter-se-á desenvolvido a partir de meados do século XV. Foi elevada a vila em 1486, com foral de D. Manuel em 1500 e edificada pelo capitão-donatário Pêro Correia da Cunha. Detém um só concelho² e quatro freguesias: Luz - 11,85 km², São Mateus (Praia) - 12,56km², Guadalupe - 20,55 km² e Santa Cruz - 15,98 km².³

A particularidade do relevo da Graciosa, com altitudes que nunca sobem além dos 400 metros, fazem dela a mais baixa dos Açores. Consequentemente, as chuvas orográficas são pouco abundantes, por isso a ilha é relativamente seca. Outra especificidade da ilha é a sua pobre vegetação arbórea. A madeira para construção era importada, pois as árvores nunca atingem grande porte. Os cronistas quando se referem à ilha Graciosa, mencionam sempre a falta de matas, como se confirma neste exemplo:

Só tem falta de matos e lenha para o lume; porém, a Divina Providência deu tal vigor, ou quase solidez, às palhas dos pães desta ilha, e muito mais às vides e podas de árvores, e ainda à bosta de gado vacum, que suprem a falta de lenha mais grossa e também esta provém da vizinha ilha de S. Jorge [...].

Pe. António Cordeiro, *História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeitas no Oceano Occidental*, Vol. II, 2ª edição, Lisboa, 1866, p. 247.

² Até 1870, a Graciosa teve dois municípios (Santa Cruz e Praia). Foi extinto o município da Praia, como consequência das grandes transformações que os Açores sofreram, com a implementação da estrutura administrativa do liberalismo e também ao definhar da economia local, devido, sobretudo, aos “males” que flagelaram as vinhas.

³ Séries Estatísticas, capítulo 2 – “Demografia”, in Serviço Regional de Estatística dos Açores <http://estatistica.azores.gov.pt/upl/%7Bf438402c-de83-486f-ba8c-c7ea3120451a%7D.pdf>, http://estatistica.azores.gov.pt/Conteudos/Relatorios/lista_relatorios.aspx?idc=392&idsc=1566, acedido em 15/06/2015, às 11h00m.

Como a ilha é pequena e baixa, em breve os arroteamentos atingiram a quase totalidade da sua superfície, sendo a vegetação primitiva substituída pelas culturas e pelos pastos, onde a vegetação é seleccionada pelo homem.

Quase todos são felizes, quase todos cultivam uma terra que lhes pertence. Os da Graciosa exportam milho e trabalham com diligência, fartos nos seus campos e nas suas vinhas, não se deixando submeter a abusos [...]. Nunca vi campos tão bem tratados, entre os dois montes redondos com a povoação branca no centro, um dos montes amarelo com a giesta em flor e o outro dum verde tão tenro que escorre pela encosta abaixo.

Raul Brandão, *As Ilhas Desconhecidas – Notas e Paisagens*, Lisboa, Quetzal Editores, 2011, p. 133.

1.2 – Geografia Humana

1.2.1 - Descoberta, povoamento e colonização

A ilha Graciosa terá sido avistada juntamente com o conjunto das outras em 1427, por Diogo da Silva, numa viagem de regresso do Golfo da Guiné. O seu povoamento começa com o lançamento do gado, autorizado pela Carta Régia de 1439.⁴ Deste modo os cronistas açorianos referem a data de 1450 para o seu descobrimento.⁵ No entanto em 1460, a ilha estava desabitada e “foi doada em vida pelo infante D. Henrique, seu donatário, [...] ao seu sobrinho, o infante D. Fernando, que assim se tornou o novo donatário”.⁶ No grupo dos donatários, a infanta D. Beatriz, que governou na menoridade de seus filhos (entre 1470 e 1483), foi a principal dinamizadora dos Açores, intervindo, sobretudo no grupo central criando “os instrumentos indispensáveis ao povoamento de todas as ilhas, que muito progride no último quartel do século XV”.⁷ É assim que na década de 1460 se inicia o seu povoamento, capitaneado por Duarte Barreto. Cerca de 1465 terá chegado o mais

⁴ José Guilherme Reis Leite, “Graciosa (ilha)”, in *Enciclopédia Açoriana*, Centro de conhecimento dos Açores <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=5714>, acedido em 03/07/2015, às 11h03m.

⁵ Rui Carita, “O descobrimento dos Açores”, in *História dos Açores: do Descobrimento ao Século XX*, Vol. I, direcção de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas Meneses, José Guilherme Reis, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008, p. 58.

⁶ cf., José Guilherme Reis Leite, *op. cit.*, acedido em 03/07/2015, às 11h12m.

⁷ Avelino de Freitas de Meneses, “O povoamento”, in *História dos Açores: [...]*, pp. 70-73.

conhecido dos primeiros povoadores, Vasco Gil Sodré. A primeira fase da colonização foi conturbada, pois os povoadores foram atacados pelos castelhanos. Deste ataque resultou a prisão ou mesmo morte do capitão Barreto, tendo a capitania passado para as mãos de Pedro Correia da Cunha, que terá chegado à Graciosa cerca de 1476, estabelecendo-se em Santa Cruz. Com a sua morte, em 1495, sucedeu-lhe o filho Duarte Correia da Cunha, que governou até 1507, “quando faleceu seu herdeiro, terminando assim a primeira dinastia de capitães”.⁸ Segundo José Guilherme Reis Leite, o período de 1460 a 1507 “é decisivo para a implantação da capitania e estruturação das primeiras formas de governo e administração”.⁹ As terras foram distribuídas em vastas sesmarias (de que não se conhecem cartas mas que posteriormente se tem informação) e estabelecida a jurisdição do capitão. Em 1491 era Tabelião na vila de Santa Cruz, Diogo Vaz e Almoxarife Nuno Martins. A ordem de Cristo foi quem estabeleceu e firmou a estrutura espiritual, firmando-se em Santa Cruz a hierarquia religiosa, primeiro na ermida de Santo André e a partir de 1486, na matriz, então começada a construir. Foi primeiro vigário Frei Gonçalo Contreiro.¹⁰ A colonização da ilha terá sido feita por gente do Norte, Centro e Sul do País. Por estrangeiros, e outras gentes terão vindo de ilhas anteriormente ocupadas, nomeadamente a ilha Terceira. Conforme Avelino de Freitas de Meneses “a análise da estruturação administrativa e o advento do fascínio ultramarino constituem as melhores provas da evolução populacional das ilhas”.¹¹ Desta forma, na administração civil o avanço da estruturação equivale a uma estratégia de crescimento das comunidades. Até começos do século XVI, nos grupos oriental e central, dá-se o estabelecimento do essencial da rede açoriana de concelhos demonstrando, assim, o êxito da colonização. Na Graciosa, Santa Cruz é elevada a vila ainda em Quatrocentos, a que se segue, nas primeiras décadas de Quinhentos Praia, em 1546. Também o governo eclesiástico, afirma o aumento da população através da multiplicação dos seus agentes e das circunscrições, no grupo central e oriental, no último quartel do

⁸ José Guilherme Reis Leite, “Graciosa (ilha)”, in Enciclopédia Açoriana, Centro de conhecimento dos Açores <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=5714> acedido em 03/07/2015, às 12h50m.

⁹ cf., José Guilherme Reis Leite, *op. cit.*, acedido em 03/07/2015, às 13h15m.

¹⁰ cf., *idem*, acedido em 03/07/2015, às 14h00m.

¹¹ cf., Avelino de Freitas de Meneses, *op. cit.*, p. 75.

século XV. O próprio apelo do ultramar, é a consequência do fim das oportunidades sócio-económicas do povoamento insular.¹²

1.2.2 - Demografia

Segundo José Guilherme Reis Leite, no século XVI o aumento da população que no final do século era de 2700 pessoas, fazia da ilha a segunda, depois da Terceira, em densidade populacional “permitindo a criação, em 1546, de um segundo concelho com sede na Praia”.¹³ Nos finais do século XVII os efectivos populacionais da ilha cifravam-se em 5658 habitantes, repartidos por 1394 fogos. Santa Cruz era a povoação de maior importância, uma vez que tinha 1812 habitantes, ou seja, quase um terço do efectivo total. A Praia teria 1562 habitantes e 360 fogos, Guadalupe, 1392 habitantes e 272 fogos e, por último, a paróquia da Luz com 892 habitantes e 242 fogos.¹⁴

A densidade populacional permanecia alta (a mais alta das ilhas) e já no século XVIII era de cerca de 7000 pessoas “[...] por uma relação datada de 1738, temos o retrato da ilha com as suas duas vilas, mais as duas freguesias, as muitas ermidas, [...] as misericórdias [...]”.¹⁵ Em geral a população do arquipélago dos Açores após um período lento de crescimento iria aumentar de forma mais consistente a partir de 1800.¹⁶ No primeiro quartel do século XIX a vila de Santa Cruz conheceu um aumento populacional, entrando depois numa longa fase de estagnação. Deste modo, em 1799 era a freguesia mais populosa da ilha, em 1841, a freguesia de Guadalupe reclamava essa vantagem.¹⁷

¹² Avelino de Freitas de Meneses, “O povoamento”, in *História dos Açores*: [...], pp. 75-76.

¹³ José Guilherme Reis Leite, “Graciosa (ilha)”, in *Enciclopédia Açoriana*, Centro de conhecimento dos Açores <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=5714> acedido em 12/07/2015, às 17h55m.

¹⁴ António de Brum Ferreira, *A Ilha Graciosa*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1968, p. 97.

¹⁵ cf., José Guilherme Reis Leite, *op. cit.*, acedido em 03/07/2015, às 18h32m.

¹⁶ Paulo Teodoro de Matos e Paulo Silveira, “População e movimentos migratórios. A atracção pelo Brasil (1766-1834)”, in *História dos Açores*: [...], p. 535.

¹⁷ Paulo Teodoro de Matos, “Santa Cruz da ilha Graciosa (1799-1850), população, grupos familiares e profissões”, in *Arquipélago*, História, 2ª série, IV – nº 2, 2000, p. 287.

Se esta época é de novidade política e administrativa para os Açores, com a criação da Capitania Geral, ela também representa uma transição (passagem do século XVIII para o século XIX) e de regime. Assim, também a economia foi influenciada. A ilha Graciosa em 1841 atingia 9263 habitantes.¹⁸ Contrariamente a outras ilhas, não parece ter encontrado resposta para estas alterações sociais e estruturais, levando a população para a emigração.¹⁹

1.2.3 - Economia

Por falta de elementos, é difícil conhecer com rigor a evolução do povoamento da ilha Graciosa, mas muito provavelmente as experiências de colonização tiveram resultados satisfatórios. É assim que no início do século XVI, encontramos uma economia orientada para um propósito da subsistência e do rendimento. Cereais, gado, legumes e frutas constituíam o património alimentar da população. A urzela (líquen do género *rocella* que se desenvolvia espontaneamente nos rochedos), com o qual se fabricava um corante e o pastel (cujas sementes foram introduzidas a partir de França) também empregado na tinturaria, eram os principais produtos de rendimento.²⁰ Frutuoso, ao referir-se ao comércio externo da Terceira, afirma que a Graciosa exportava para a Terceira “muito trigo e cevada e gado vacaril e ovelhum, mel de abelhas e manteiga de vacas, e alguma fruta de espinho, e pêras pardas, e grande cópia de pescado de toda a sorte”.²¹ Esta informação representa o melhor indício da economia da Graciosa no final do século XVI. Durante todo o século XVII, a cevada desempenhou um papel muito importante nas exportações. Apesar de ser uma ilha tão pequena, fornecia o arquipélago e exportava para o continente. “Na descrição das ilhas, Gaspar Frutuoso identifica um primitivo incremento da cevada em Santa

¹⁸ Paulo Teodoro de Matos e Tiago Silva, “A população da ilha Graciosa, 1800-1900, Subsídios para o seu estudo”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2015, (no prelo), p. 10.

¹⁹ José Guilherme Reis Leite, “Graciosa (ilha)”, in *Enciclopédia Açoriana*, Centro de conhecimento dos Açores <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=5714> acedido em 12/07/2015, às 17h50m.

²⁰ António de Brum Ferreira, *A Ilha Graciosa*, [...], p. 59.

²¹ Gaspar Frutuoso, *Livro Sexto das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1963, p. 58.

Maria, mas a maior produção ocorre geralmente na Graciosa”.²² Há notícia que parte dos dízimos da Graciosa chegou a ser pago neste género, o que não sucedia com nenhuma das outras. No século XVIII, a economia da ilha não se modificou muito em relação ao século anterior. Os principais produtos eram o trigo, o vinho e a cevada.²³ “Na Graciosa, diversos testemunhos dos séculos XVII e XVIII, certificam a uberdade vitivinícola, embora duvidem da obtenção de colheitas de grande qualidade”.²⁴ Com a passagem do século XVIII para o século XIX, assistimos aos finais do Antigo Regime e ao início do Liberalismo. Mas se aparentemente o progresso das ilhas parece não se fazer sentir, a verdade é que as mudanças existem. Segundo Margarida Vaz do Rego “[...] na economia de subsistência a passagem da importância do trigo para o milho, enquanto na dinâmica comercial o linho [...], é substituído pela laranja, [...]”.²⁵ Na Graciosa do século XIX, a cultura do trigo diminuiu bastante em relação ao início do século XVIII, devido à concorrência do milho. A cevada era a cultura que se produzia em maiores quantidades, exportando-se para Lisboa e para a ilha da Madeira.²⁶ O vinho continuou a produzir-se, mas a sua exportação baixou devido à perda dos mercados do Brasil e das possessões de África. Agora exportava-se para a Terceira e S. Miguel. Foi também por esta altura (meados do século) que o oídio e a filoxera (no último quartel) invadiram as videiras da ilha. A produção diminuiu muito, atingindo a economia de toda a ilha, em especial a da Praia.²⁷ Até finais do século XIX, as actividades artesanais e industriais não constituíram um suporte alternativo no desenvolvimento da economia da ilha. Em meados do século XIX, a tecelagem em lã de ovelha no concelho da Praia é relevante, havendo conhecimento de existirem 126 fiandeiras em 1833. “Já

²² Avelino de Freitas de Meneses, “Recursos, excedentes e carências”, in *História dos Açores*: [...], p. 151.

²³ Durante o século XVIII o vinho transforma-se em aguardente, pois a qualidade do vinho era inferior, enquanto que a aguardente se encontrava logo a seguir à do Pico. Exportava-se para a Terceira, Lisboa e Brasil.

²⁴ Avelino de Freitas de Meneses, “A auto-subsistência e as novas culturas”, in *História dos Açores*: [...], p. 270.

²⁵ Margarida Vaz do Rego Machado, “A incessante procura de viabilidade económica e o contributo dos particulares”, in *História dos Açores*: [...], p. 473.

²⁶ cf., Margarida Vaz do Rego Machado, *op. cit.*, pp. 505-506.

²⁷ José Guilherme Reis Leite, “Graciosa (ilha)”, in Enciclopédia Açoriana, Centro de conhecimento dos Açores <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=5714> acedido em 12/07/2015, às 23h00m.

em finais do século XIX, a produção de telha e de tijolo, bem como a de cal [...] e, a de sabão [...], chegaram também a ter relativa importância na economia local”.²⁸

A terminar, importa salientar que nesta época de transição, o mais importante da economia açoriana parece ter sido o seu esforço incessável pela procura de viabilidade económica. Se o desenvolvimento das manufacturas não trouxe grandes resultados, o comércio, numa primeira fase, fez-se com o Brasil, mas quando a conjuntura mudou, adaptou-se o mesmo comércio em novas rotas com o Norte da Europa, incrementando as exportações do vinho e introduzindo os citrinos nas rotas transatlânticas. Este desenvolvimento da laranja e do vinho, fará surgir uma elite comercial que reflecte uma nova época, uma nova economia.²⁹

CAPÍTULO 2 – AS FONTES E SUA METODOLOGIA

2.1 – Considerações Iniciais

O suporte empírico que sustenta esta investigação assenta fundamentalmente no conjunto de registos paroquiais de baptismos disponíveis para a ilha Graciosa – Freguesia de Santa Cruz -, no período que medeia entre 1790 e 1840 e nos róis de confessados disponíveis para o ano de 1839 (Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo).

A demografia é uma ciência recente. Só em finais do século XIX, mais concretamente em 1864 é que se levou a cabo um censo com carácter científico em Portugal. A partir daqui a Demografia passou a deter cada vez mais valor e destaque no nosso quotidiano.

²⁸ José Guilherme Reis Leite, “Graciosa (ilha)”, in *Enciclopédia Açoriana*, Centro de conhecimento dos Açores <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=5714> acedido em 12/07/2015, às 23h25m.

²⁹ Margarida Vaz do Rego Machado, “A incessante [...]”, in *História dos Açores*: [...], pp. 507-508.

O nascimento da Demografia Histórica em meados dos anos 50, surgiu associado aos registos paroquiais e a uma metodologia específica para a sua exploração - o *método Fleury-Henry* – método de reconstituição de famílias, possibilitando a análise demográfica para períodos anteriores aos censos modernos.

Nos anos 70, Peter Laslett e o *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure*, exploraram outro tipo de fontes, as listas de habitantes, fomentando assim, o estudo sobre a composição do grupo doméstico.³⁰

Já em Portugal, nos anos 50, Virgínia Rau iniciou um plano de levantamento da informação paroquial sem reconstituição de famílias, com o propósito de encontrar ritmos de evolução da população, de proporções de ilegítimos, expostos, resultando, assim, o trabalho precursor de Maria de Lurdes Akola Neto (1959). Mais tarde, Maria Norberta Amorim (1973) iniciou uma metodologia de exploração de registos paroquiais adaptada à realidade portuguesa, investigando a paróquia de Rebordãos no Nordeste Transmontano. A formulação desta metodologia passa por acompanhar o percurso de vida de cada indivíduo dentro de uma comunidade ou região, identificando-o a partir da sua inserção familiar, ao contrário da metodologia *Fleury-Henry*, cujo enfoque era a história reprodutiva de cada casal.

Relativamente ao arquipélago dos Açores, Maria Norberta Amorim (inicialmente a título individual e posteriormente com o grupo CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Grupo de História das Populações – FLUP – UM -), tem vindo a desenvolver projectos de investigação a partir de bases demográficas constituídas através de métodos e técnicas de Demografia Histórica, contemplando várias ilhas, nomeadamente o Pico, Faial, Terceira, São Jorge e São Miguel. Dentro desta dinâmica insular, o CITCEM, tem-se debruçado sobre os registos paroquiais açorianos, reconstituindo as paróquias, através de “uma base de dados com o percurso de vida de cada indivíduo residente em cadeia genealógica, com

³⁰ Maria Norberta Amorim e Margarida Durães e João Antero Gonçalves Ferreira, "Bases de dados genealógicas e História da Família em Portugal. Análises comparativas (do Antigo Regime à Contemporaneidade)", in *La historia de la familia en la Península Ibérica (ss. XVI-XIX). Balance y perspectivas*. Homenaje a Peter Laslett, Comunicação apresentada na reunião científica realizada na Faculdade de Humanidades da Universidade de Castilla - La Mancha, Albacete, 2003, p. 1.

possibilidade de sucessivos alargamentos inter-paroquiais e de cruzamento com outras fontes nominativas”.³¹ É nas ilhas Terceira e São Miguel, que estes documentos se encontram em melhor estado e é também aqui que se podem encontrar os mais antigos. Quanto aos três arquivos históricos regionais (Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta), foram recolhidos e a Secretaria Regional da Cultura tem vindo a disponibiliza-los de forma digital através do Centro de Conhecimento. Outros trabalhos têm vindo a ser concebidos por este grupo de investigação, utilizando outras fontes paroquiais como os róis de confessados que ao serem cruzados com os registos paroquiais permitem acompanhar os indivíduos referenciados nos actos vitais.

Outros nomes se destacam no estudo da Demografia Histórica dos Açores, como Gilberta Rocha, que entre vários estudos se distingue um, pela sua importância, publicado em 1982, sobre três mapas do movimento da população referente ao ano de 1849, nos distritos administrativos de Ponta Delgada, Angra e Horta.

Também Artur Boavida Madeira, sistematizou, (na sua dissertação para provas de aptidão pedagógica e científica para a Universidade dos Açores em 1997) o essencial da investigação e da metodologia de análise demográfica. Tendo como objecto de estudo a população e a emigração do arquipélago dos Açores numa linha diacrónica entre 1766 (instituição do Governo Geral dos Açores) e 1820 (introdução do Regime Liberal em Portugal e posterior independência do Brasil), o investigador acabou por recuar aos períodos precedentes, séculos XVI e XVII. Demonstrando um cuidado suplementar às especificidades de cada ilha (pois estas são diferentes ao nível histórico, natural, político e socio-económico), o seu estudo remete-nos para a necessidade permanente de avaliar a qualidade e representatividade das fontes históricas e de entendermos os resultados de uma investigação histórica, sempre, como uma parte, uma abordagem que evidentemente reclama novas pesquisas. Recentemente veio a lume uma edição coordenada por Carlota Santos e Paulo Teodoro de Matos, investigadores do CITCEM onde temos a oportunidade de conhecer diversos estudos de investigadores que se dedicaram aos dois arquipélagos da Madeira

³¹ Maria Norberta Amorim, “História das Populações Açorianas através de Metodologias de Demografia Histórica – uma História de Ambição”, in *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas – Séculos XV a XXI*, coordenação de Carlota Santos e Paulo Teodoro de Matos, Braga, Centro de Investigação Transdisciplinar, “Cultura, Espaço e Memória”, 2013, p. 142.

e dos Açores, desde o seu povoamento até à actualidade.³² Através destes textos é possível identificar o que se tem feito, nomeadamente, em relação ao arquipélago dos Açores, sobre as dinâmicas demográficas e sociais e onde várias fontes foram evocadas como os registos paroquiais ou registo de expostos. Textos de vários especialistas como Avelino de Freitas de Meneses, José Guilherme Reis Leite e Maria Hermínia M. Mesquita e de, Gilberta Pavão Nunes Rocha, entre outros, são exemplos do que neste livro se pode encontrar e onde os temas abordados vão desde a mortalidade urbana (Angra do Heroísmo século XVIII), emigração (na segunda metade do século XIX – São Jorge), exposição de crianças (Horta e Viana no século XIX) e outros.

Pelo exposto compreende-se o destaque e importância que o arquipélago dos Açores tem vindo a exercer junto dos historiadores demógrafos (importância que lhe é devida pela sua singularidade e diversidade), contaminando outras áreas de estudo que vão desde a Antropologia, Sociologia, à História Cultural e História Económica.

2.2 – As Fontes

2.2.1 - Os registos paroquiais

Após o Concílio de Trento em 1563, tornou-se obrigatório o registo dos baptizados e dos casamentos em todas as paróquias. Normalmente os párocos, tinham o cuidado de fazer o assento dos óbitos, pois através destes conseguiam controlar as obras pias e os sufrágios que eram deixados às igrejas.

Fonte privilegiada para a análise demográfica, pois contém os actos vitais de cada indivíduo: baptismo, matrimónio e óbito, em Portugal a existência deste tipo de registos remonta a 1352 (reinado de D. Afonso IV), mas é sobretudo a partir de Quinhentos que algumas freguesias iniciam os seus assentos, embora o fizessem em

³² *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*, coordenação de Carlota Santos e Paulo Teodoro de Matos, Braga, Centro de Investigação Transdisciplinar, “Cultura, Espaço e Memória”, 2013.

livros mistos. Já antes do Concílio de Trento, em 1536, o Sínodo de Lisboa preconizava o início de registos de baptismo e óbitos.³³ Em conformidade, as constituições Sinodais do bispado de Angra do Heroísmo de 1559, prescrevem para todas as igrejas com fonte baptismal a obrigatoriedade da feitura desses livros. Mas é o Concílio de Trento que veio determinar a sua obrigatoriedade em todas as paróquias assim como a sua normalização, enquanto exigência das informações que eram descritas nesses assentos. Pormenor que nos é sublinhado por Artur Boavida Madeira³⁴ é que estes registos não equivalem a todos os efectivos de uma paróquia, uma vez que naturalmente os párocos só registavam os matrimónios ocorridos na sua própria paróquia, assentavam, baptizando, as crianças que sobreviviam após 7 a 9 dias de vida, mas nem sempre registavam os que morriam, como por exemplo os menores de 7 anos.

Como já foi referido anteriormente, os livros paroquiais da freguesia de Santa Cruz da ilha Graciosa, encontram-se depositados na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo, estando na sua maioria disponíveis através do (Centro de Conhecimento dos Açores). Estes registos constituem as principais fontes documentais para a reconstituição desta comunidade.

Os assentos incluídos nos livros de registo de baptismo por nós estudados abrangem o seguinte período: de Janeiro de 1790 a Dezembro de 1840.

De um modo geral, a qualidade do registo paroquial de Santa Cruz é satisfatória apesar de algum mau estado de conservação de certas páginas danificadas. Durante o período em observação, tivemos em consideração a análise da caligrafia, concluindo, assim, que os redactores paroquiais eram cuidadosos, evoluindo até no empenho demonstrado, provavelmente, porque os párocos passaram a ser fiscalizados por um visitador diocesano que tecia comentários e recomendações nos próprios assentos. Não obstante, antes da reforma de 1559 (Constituições Sinodais do Bispado de Angra

³³ Paulo Lopes Matos, *O Nascimento Fora do Matrimónio na Freguesia da Ribeira Seca da Ilha de São Jorge (Açores): 1800-1910*, Guimarães, Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2007, p. 47.

³⁴ Artur Boavida Madeira, "As Fontes Demográficas do Antigo Regime nos Açores", in *Arquipélago, História*, 2ª série, III, 1999, p. 148.

do Heroísmo), o formulário utilizado dependia sobretudo de cada pároco, da sua disponibilidade e rigor.

A informação contida nos livros de registo de baptismo (no nosso caso, nascimentos fora do casamento) indica o nome da mãe, no entanto, existem problemas de identificação pois em 615 mães solteiras, apenas 40 têm apelido, para além do problema da homonímia. Assim, encontram-se 50 mães com o nome de Ana Joaquina, 21 com o nome de Ana Vitorina, 22 mulheres têm o nome de Antónia, 21 chamam-se Catarina, 60 progenitoras chamam-se Francisca, 23 têm o nome de Luzia, 77 chamam-se Maria Joaquina, 32 têm o nome de Maria Rosa e finalmente, 40 chamam-se Joaquina. Ainda em relação às progenitoras, muito raramente temos informações sobre a sua profissão. Num total de 615 mães solteiras, apenas conhecemos a profissão de 12. Foram mencionadas 6 assistentes, 5 vivendo “do seu quotidiano trabalho” enquanto uma fora anotada como criada. Através desta fonte também conhecemos a data de nascimento e de baptismo da criança, mas nem sempre obtemos informações sobre a naturalidade e residência da mãe. Estas particularidades irão ser detalhadas e analisadas no capítulo IV deste trabalho. Neste momento, importa destacar que os registos que tratamos dizem respeito apenas à freguesia de Santa Cruz; por esta razão e embora essa informação possa não ser facultada, todas as progenitoras residem em Santa Cruz. A ausência de informação sistemática relativa à naturalidade das mães, pode dever-se ao facto de boa parte ser natural da própria freguesia, motivo pelo qual o padre não referiu a sua naturalidade, possivelmente por conhecer a progenitora. Indicam-se os padrinhos e por vezes, o nome dos avós maternos. Durante os 50 anos em análise, de 1790 a 1840, esta informação é muito inconstante, umas vezes conhecemos o nome dos dois avós, outras só nos é dada a referência ou do avô ou da avó. Relativamente às avós, os dados são escassos, a sua identificação é muito incompleta. Normalmente, só o nome próprio, algumas vezes composto e muito raramente apresentam apelido. Também surge a informação se esta progenitora já faleceu. No que diz respeito aos avós, das 650 mães com filhos fora do casamento, apenas 288 têm registado o nome dos progenitores (avós). Quando temos esta indicação, sabe-se se o progenitor já faleceu e normalmente conhecemos o seu apelido. Destes 288 avós identificados, 250 têm

apelido, os restantes 38 apenas têm nome próprio, por vezes composto. Algumas vezes também é possível averiguar as profissões destes avôs. Desta forma das 650 mães apuramos a ocupação de 41 avôs. As profissões mais referidas são: trabalhador (17), sapateiro (4), seguidas da profissão de pescador (3), marítimo (3), “que vivem do quotidiano trabalho” (2), oficial de porteiro (2) e com apenas uma ocorrência, agricultor, alferes, soldado, ajudante, proprietário, oficial de torneiro, cabouqueiro, oficial de ourives, pedreiro e tanoeiro. Todos estes elementos vão ser importantes para a sua posterior análise, especialmente os dados relativos aos progenitores, pois representarão uma vantagem na identificação destas mães e até, eventualmente, na avaliação da sua condição social.

De um modo geral a informação contida nestes registos e ao longo dos 50 anos de análise não registou grandes alterações, embora os dados variem um pouco de redactor para redactor, de ano para ano, salientando-se a existência de alguns averbamentos aos registos que concedem informações muito relevantes. Sabemos, inclusive, que 14 das crianças ilegítimas foram posteriormente reconhecidas pelos pais.

2.2.2 - Os róis de confessados

Foi no quarto Concílio de Latrão (1215) que a Igreja estabeleceu a obrigatoriedade da confissão e da comunhão dos fiéis, pelo menos uma vez por ano. Esta determinação não foi acompanhada por uma regulamentação precisa, embora definisse os decretos que seriam fixados três séculos depois, por ocasião do Concílio de Trento (1545 – 1563). No entanto, foi através da *Rituale Romanum* (1614) que se institui a comunhão pascal e se fixaram as suas regras práticas estabelecendo o uso obrigatório dos *Libri Status Animarum*.³⁵

Após o Concílio de Trento os meios de execução que a Igreja Católica utilizou, eram mais eficazes. O nível cultural dos párocos era mais elevado e a fiscalização era

³⁵ Gaspar Martins Pereira, *Estruturas Familiares na Cidade do Porto em Meados do Século XIX: A Freguesia de Cedofeita*, Porto, Dissertação de Mestrado, 1986, pp. 16-17.

mais rigorosa junto da acção pastoral. O reforço da autoridade religiosa, simultaneamente com o momento da difusão da escrita, permitiu-nos um novo conjunto de fontes, que a Idade Média desconheceu.³⁶ Muito antes do Concílio de Trento, encontram-se em Portugal determinações sinodais que se referem aos livros onde se deveriam inscrever anualmente todos os paroquianos pelos seus nomes, assim como, os filhos e servidores de idade superior a 7 anos, indicando aqueles que se haviam confessado e comungado.

Este livro devia ser enviado ao prelado da diocese na semana anterior ao São João, para que se procedesse contra aqueles que não se haviam desobrigado (confessado e comungado).³⁷ Assim, embora a elaboração dos róis seja determinada pelas constituições sinodais desde o século XV, foi apenas no século XVII, que passou a ser regulamentada a forma de elaboração dos mesmos. Párocos, Curas, Reitores e Abades, estão obrigados a elaborar em cada ano, por ocasião do período pascal, a relação dos habitantes das freguesias cumpridoras dos preceitos de confissão e comunhão.

As primeiras referências à elaboração de róis de confessados datam de meados do século XV, embora não tenham chegado aos nossos dias quaisquer exemplos. No século XVI e XVII, são raros, sendo mais comuns para os séculos XVIII e XIX.³⁸

De uma forma resumida, podemos qualificar este documento como lista nominativa de população residente numa freguesia e maior de confissão.

Infelizmente, como já referimos anteriormente, em Portugal estas listas, não são frequentes para o período anterior aos recenseamentos modernos. Os róis de confessados não foram classificados como património documental obrigado à recolha em arquivos públicos, como foram os registos de nascimento, casamentos e óbitos, e só em casos raros podemos encontrar róis de confessados nesses arquivos. Em si

³⁶ Ana Sílvia Volpi Scott, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste de Portugal (Século XVIII a XIX)*, Guimarães, Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1999, p. 410.

³⁷ cf., Ana Sílvia Volpi Scott, *op. cit.*, p. 410.

³⁸ cf., *idem*, *op. cit.*, p. 410.

próprios, trata-se de documentos de elevado valor patrimonial e o seu interesse científico aumenta em cruzamento com uma base de dados demográfica.³⁹

Artur Boavida Madeira afirma que os róis de confessados do arquipélago dos Açores, detêm algumas particularidades que vêm atestar a sua qualidade: a ordenação das ruas e casas não segue a mesma sequência de ano para ano, assim como a ausência de notas à margem significando que o redactor não se apoiou apenas nos róis anteriores, esforçando-se por actualizar a realidade da freguesia. No entanto, apresentam algumas lacunas no que respeita à idade e ocupação dos fregueses.⁴⁰

Na lista nominativa dos habitantes (uma lista civil elaborada pelo regedor da paróquia que teve por base o rol de confissão), da freguesia de Santa Cruz de 1839 (zona urbana – vila, e termo rural – campo), de um modo geral, a informação contida é de qualidade, embora apresente algumas faltas, sobretudo, a ausência de informação relativa à profissão dos fregueses.⁴¹ O documento foi redigido por António Ribeiro de Gusmão, escrivão do regedor no dia 25 de Maio de 1839. Aqui, a informação apresenta-se do seguinte modo: nome da rua (localização), número do fogo, nome do cabeça de agregado. Os membros da família são apresentados hierarquicamente e de forma sistemática, e em relação ao indivíduo cabeça de fogo (relação de parentesco ou dependência face ao chefe de fogo). É-nos fornecida a idade de todos os residentes, mas em relação ao estado civil e à profissão, essa informação não é abundante nem contínua. No que diz respeito à primeira, só os cabeça de agregados é que têm essa referência indicada, relativamente à segunda, só é registada a profissão de alguns cabeças de agregados masculinos. Outros dados nos são facultados, como o conhecimento da classe social de algumas mulheres residentes, através do emprego do substantivo “Dona”, na sua identificação, bem como a referência à existência de empregados domésticos nos fogos.

³⁹ Maria Norberta Amorim e Margarida Durães e João Antero Gonçalves Ferreira, "Bases de dados [...]", in *La historia* [...], p. 4.

⁴⁰ Artur Boavida Madeira, "As Fontes [...]", in *Arquipélago* [...], pp. 150-151.

⁴¹ Para este ano tivemos acesso ao rol de confessados e comungados de Santa Cruz da Graciosa, disponível no fundo de registos paroquiais da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo. Ao passo que este documento apenas contém os indivíduos com idade superior a 7 anos, a lista civil dos habitantes arrola a totalidade dos habitantes. Este documento foi produzido na sequência do decreto de 26/11/1830. cf., Paulo Lopes Matos, *O Nascimento Fora do Matrimónio* [...], pp. 27-28.

Na diocese de Angra, a obrigatoriedade deste registo já era determinada pelas suas constituições Sinodais de 1559. A importância e especificidade desta fonte, passa pela organização da população em função do pagamento de determinados direitos paroquiais, tendo por base o espaço territorial da freguesia, uma vez que cada indivíduo era arrolado num determinado fogo, lugar da freguesia.⁴²

Maria Norberta Amorim, alerta-nos para a maior dificuldade do investigador que é identificar o que o redactor paroquial entende por “fogo”, pois normalmente o pároco qualificava como fogo a unidade de residência. Por vezes, famílias que surgem em fogos separados, viveriam, provavelmente, em comunhão na mesma residência.⁴³

2.2.3 - Metodologia

A exploração efectiva destas duas fontes nominativas (registos paroquiais e rol de confessados) requer uma metodologia adequada. Existem alguns problemas que dificultam a tarefa do historiador que trata a população portuguesa do passado. Partindo do princípio que a base do trabalho é o nome, que a chave está no nome, no cruzamento nominativo,⁴⁴ então um indivíduo poderá ser citado diversas vezes, em diversos documentos e em diversos momentos temporais, obrigando-nos a ter a certeza de que quando o indivíduo é mencionado num registo, é realmente o mesmo indivíduo citado noutro documento. “A correcta identificação dos indivíduos, passa dessa forma a ser “a pedra de toque”, o cerne da investigação [...]”.⁴⁵ Ora, num contexto histórico-temporal, onde o nome, o nome de família, a idade, não detinham a importância que possuem nos nossos dias, é importante partir para a sua análise desde logo com esta advertência. Deste modo, à partida existem três problemas concretos. O primeiro é que uma criança quando era baptizada recebia um nome próprio, que poderia ser simples ou composto, mas não lhe era atribuído qualquer nome de família. No caso do género feminino poderiam até ocorrer oscilações, isto é, a

⁴² Ana Sílvia Volpi Scott, *Famílias*, [...], p. 442.

⁴³ Maria Norberta Amorim e Margarida Durães e João Antero Gonçalves Ferreira, "Bases de dados [...], in *La historia* [...], p. 9.

⁴⁴ cf., Maria Norberta Amorim e Margarida Durães e João Antero Gonçalves Ferreira, *op. cit.*, p. 3.

⁴⁵ cf., Ana Sílvia Volpi Scott, *op. cit.*, p. 434.

mulher ser registada nos sucessivos actos com nomes diferentes. Outro problema que se coloca é o que está relacionado com a transmissão do nome dos pais aos filhos. Até há bem pouco tempo, tal transmissão não era obrigatória, o que dificulta a identificação das relações de parentesco entre os indivíduos, como por exemplo no caso dos irmãos.⁴⁶

Outra agravante relaciona-se com o restrito leque de nomes próprios que eram normalmente atribuídos. No nosso caso existem (entre 1790 e 1840) como já aludimos anteriormente, 50 mães com o nome de Ana Joaquina, 21 com o nome de Ana Vitorina, 22 mulheres têm o nome de Antónia, 21 chamam-se Catarina, 60 progenitoras chamam-se Francisca, 23 têm o nome de Luzia, 17 chamam-se Maria Joaquina, 32 têm o nome de Maria Rosa e finalmente 40 chamam-se Joaquina. Por vezes a utilização de nomes compostos facilitou-nos um pouco a análise, embora a ocorrência da homonímia fosse inevitável face aos resultados apresentados.

Na nossa investigação, todas estas considerações assumem proporções ainda maiores, uma vez que o tema central da nossa dissertação é estudar o nascimento fora do casamento. Tal significa que determinados resultados nos foram ainda mais difíceis de alcançar, apesar da literatura consultada e da metodologia utilizada, os dados obtidos (ou a falta deles), dificultaram-nos a sua interpretação. O nosso estudo partiu, numa primeira fase, da organização de dados (recolhidos nos registos paroquiais de baptismo de crianças nascidas fora do matrimónio, da freguesia de Santa Cruz no período que medeia entre 1790 e 1840), em fichas manuais que de seguida foram inseridas numa base de dados informática em Excel.

Esta base de dados contém todas as referências disponíveis nos registos paroquiais, já referidas anteriormente (nome da mãe, data de nascimento e baptismo da criança, a maior parte das vezes a naturalidade e residência das mães, padrinhos da criança, algumas vezes a identificação dos avós maternos), bem como outros elementos que conseguimos averiguar e que enriqueceram a nossa investigação.

De seguida, foi efectuada uma correcção aos dados obtidos, uniformização dos nomes e outros erros de digitação. Esta etapa apesar de morosa permitiu-nos obter

⁴⁶ Ana Sílvia Volpi Scott, *Famílias*, [...], pp. 435-436.

algum domínio do conteúdo da fonte documental, possibilitando numa fase posterior um acesso fácil e rápido às variáveis obtidas.

Numa segunda fase, procedemos à inserção numa base de dados informática das informações obtidas na segunda fonte utilizada, rol de confessados de 1839 da Vila de Santa Cruz (“dos campos” e da vila). Os vários domínios utilizados potenciam informações relevantes, como por exemplo, a idade, o estado civil e raras vezes a profissão dos fregueses.

Um dos métodos utilizados para minimizar os erros subjacentes ao estudo de qualquer comunidade é, precisamente, o cruzamento com outra fonte nominativa, permitindo assim, controlar a eficácia do processo. A lista dos habitantes analisada, permitiu-nos ultrapassar algumas situações dúbias, bem como proceder à eliminação de alguns casos de homónimas.

Após a apresentação dos resultados de forma objectiva, procederemos à sua discussão. É nesta parte, que analisaremos os resultados conforme a abordagem teórica que seguimos ao longo da investigação. Ao comentarmos os resultados, pretendemos mostrar que os objectivos propostos foram atingidos e que aqui se encontra toda a argumentação necessária à sua defesa (pontos positivos e abertura para novos trabalhos).

CAPÍTULO 3 – A CONJUNTURA DEMOGRÁFICA

Neste capítulo, dedicado à conjuntura demográfica da ilha Graciosa, proceder-se-á apenas a uma revisão da literatura, pois as linhas essenciais da demografia da ilha Graciosa já se encontram razoavelmente estudadas por Paulo Teodoro de Matos e Artur Boavida Madeira.⁴⁷ Assim, o presente capítulo assentará apenas em estudos já efectuados, não contemplando quaisquer levantamentos próprios de dados.

⁴⁷ Paulo Teodoro de Matos, “Santa Cruz da ilha Graciosa (1799-1850), população, grupos familiares e profissões” (2000); “A população da ilha Graciosa, 1800-1900, subsídios para o seu estudo” (2015); “A população do Arquipélago dos Açores entre o Antigo Regime e o Liberalismo (1766-1835)” (2014) e Artur Boavida Madeira, *População e Emigração nos Açores (1766-1820)* (1999).

3.1 - A Evolução dos Habitantes e Ritmos de Crescimento

Entre 1790 e 1841 (conforme o quadro 3.1) a ilha Graciosa registou um aumento de 1469 efectivos. Correspondendo aos finais do Antigo Regime e ao início do Liberalismo, este crescimento da população estará, provavelmente, relacionado com o desenvolvimento económico da ilha. No século XVIII os produtos mais importantes eram o trigo, o vinho e a cevada e, como já referimos anteriormente, no século XIX dá-se a passagem da importância do trigo para o milho e do linho para a laranja. O vinho continuou a produzir-se apesar das doenças que atingiram as videiras e da baixa nas exportações (devido à perda dos mercados do Brasil e de África). É com o desenvolvimento do comércio do vinho com o Norte da Europa e dos citrinos nas rotas transatlânticas que surgirá uma nova economia. Todo este incremento populacional também estará relacionado, “[...] com mudanças de longa duração na agricultura e na disponibilidade de subsistências”.⁴⁸ Desde 1807 o milho veio melhorar a dieta das gentes, bem como a introdução da batata logo a partir de 1780. Outro dado a destacar é o crescimento da população da freguesia de Santa Cruz, em que, como se pode observar no quadro 3.1, o crescimento dos efectivos comparativamente à freguesia de Guadalupe foi de um modo geral sempre superior, à excepção dos anos de 1839 e 1841. Comparando o crescimento populacional da freguesia de Santa Cruz, com a evolução dos efectivos na ilha, esta é idêntica à sentida em todo o arquipélago, tomado num todo. Conforme análise de Paulo Teodoro de Matos, apesar do referido aumento de efectivos, na ilha Graciosa a taxa de crescimento anual médio -0,3% denota um incremento lento. A série indica que para além de lento é desigual, isto é, no primeiro quartel do século dá-se uma subida vertiginosa (c. 26%), para de seguida ocorrer um declínio, estabilizado a partir de 1833.⁴⁹

⁴⁸ Paulo Teodoro de Matos, “A população do Arquipélago dos Açores entre o Antigo Regime e o Liberalismo (1799-1835)”, in *Gentes das Ilhas – Trajectórias Transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as Décadas de 1740 a 1790*, organização de Ana Silvia Volpi Scott, Gabriel Santos Berute, Paulo Teodoro de Matos, São Leopoldo, Oikos, 2014, p. 36.

⁴⁹ Paulo Teodoro de Matos, “Santa Cruz [...]”, in *Arquipélago [...]*, pp. 259-260.

Quadro 3.1 – Evolução dos Efectivos, 1799 – 1840⁵⁰

Anos	Ilha	Concelho	Guadalupe	Santa Cruz
1799	7794	4825	2153	2672
1814	8130	4709	2177	2532
1827	9881	6022	2646	3376
1833	9224	5429	2706	2723
1835	9306	5680	2722	2958
1839	-	5337	2690	2647
1841	9263	5617	2909	2708

Assim, e no que diz respeito em particular à freguesia de Santa Cruz a população excedeu sempre os 2500 efectivos, alcançando um máximo de 3376 no ano de 1827. Os restantes anos sofreram oscilações entre os 2532 efectivos (1814) e os 2958 (1835). No que diz respeito à população açoriana no seu conjunto, esta indicou algum aumento desde 1790. No entanto, este só se tornará realidade a partir do século XIX. Assim, o ritmo de crescimento verificado em 1791-1800 e 1800-1807 (c. 0.45%) vai praticamente duplicar nos períodos de 1807-1819 e 1819-1835 com 0.88% e 0.79%.⁵¹ Comparando estes valores com os do Continente, no período de 1768-1801, o crescimento anual era de 0,6% ao passo que nos Açores o incremento era praticamente nulo 0.06%. O contrário aconteceu nas primeiras décadas do século. O arquipélago dos Açores conheceu um crescimento rápido, com uma taxa de crescimento anual de 0,76%, enquanto no Continente, devido às lutas liberais e às invasões napoleónicas, o crescimento não excedeu os 0.13%.⁵² A evolução da população açoriana aconteceu de forma descontínua em cada uma das ilhas do arquipélago. Em termos globais entre 1768 e 1835, todas registaram um aumento demográfico, exceptuando Santa Maria.

Este incremento seria mais intenso nas Flores, Faial e Pico, médio na Graciosa, São Jorge e Terceira, e bastante reduzido em São Miguel e Corvo. Entre 1807 e 1819 e

⁵⁰ Paulo Teodoro de Matos, “Santa Cruz [...]”, in *Arquipélago* [...], p. 259 (adaptação nossa).

⁵¹ Paulo Teodoro de Matos, “A população [...]”, in *Gentes* [...], p. 36.

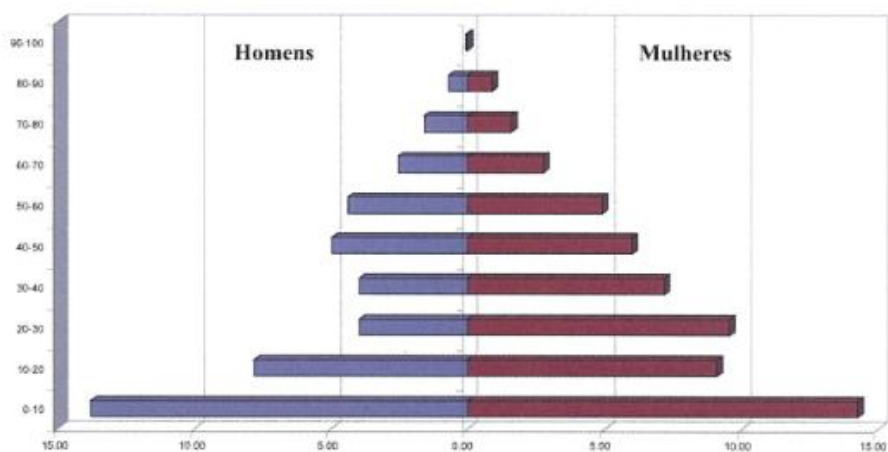
⁵² cf., Paulo Teodoro de Matos, *op. cit.*, p. 36.

apesar das várias contingências ao crescimento (movimentos migratórios e epidemias) ocorreu uma fase de maior expansão demográfica à excepção de Santa Maria”.⁵³

3.2 – Estruturas Etárias

Segundo o trabalho realizado por Paulo Teodoro de Matos, que se debruçou sobre as estruturas etárias da ilha Graciosa, em consonância com as pirâmides etárias apresentadas (da freguesia de Santa Cruz dos anos 1799, 1814 e 1839) e após a sua análise, chega-se à conclusão que apesar das diferenças ao longo da primeira metade Oitocentista, todas apresentam uma base alargada (sinónimo de um fraco controlo de natalidade), efeitos da emigração masculina, bem como um lento envelhecimento da população.⁵⁴

Gráfico 3.1 - Pirâmide Etária da Freguesia de Santa Cruz, 1799⁵⁵



⁵³ Paulo Teodoro de Matos, “A população [...]”, in *Gentes* [...], p. 38.

⁵⁴ Paulo Teodoro de Matos, “Santa Cruz [...]”, in *Arquipélago* [...], p. 263.

⁵⁵ cf., Paulo Teodoro de Matos, *op. cit.*, p. 263.

Gráfico 3.2 - Pirâmide Etária da Freguesia de Santa Cruz, 1814⁵⁶

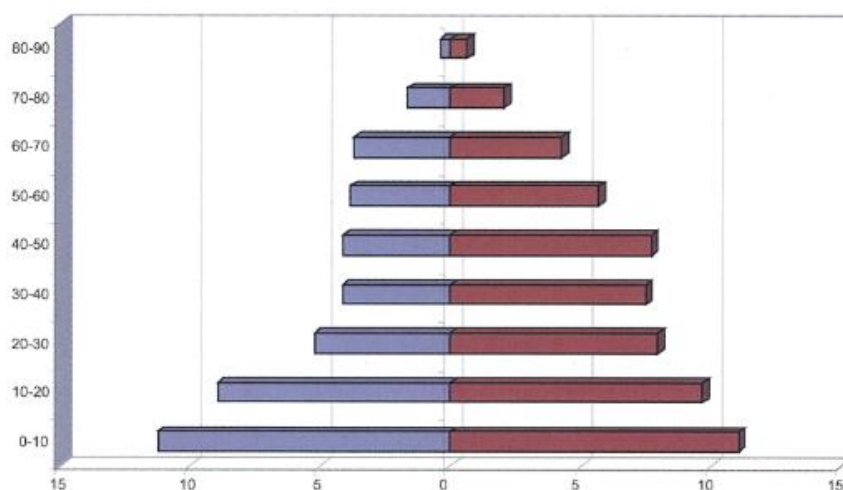
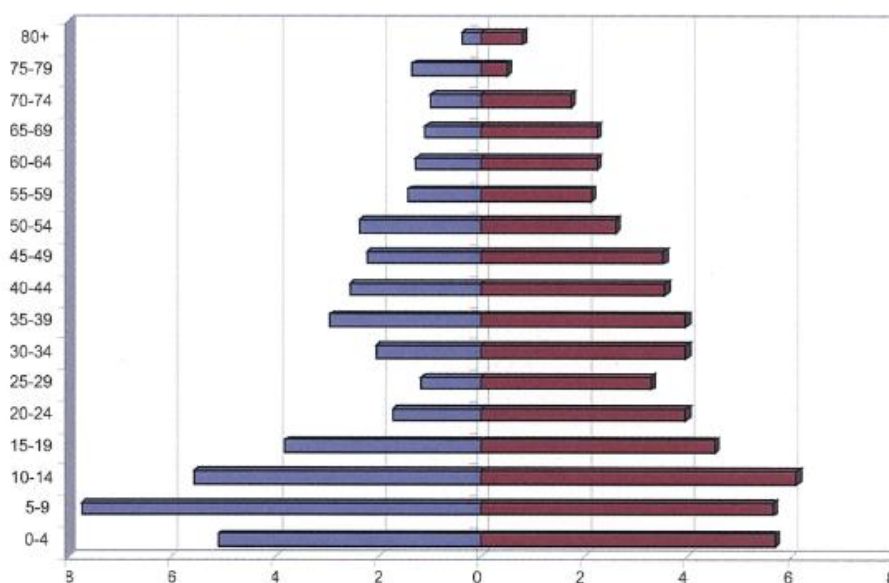


Gráfico 3.3 - Pirâmide Etária da Freguesia de Santa Cruz, 1839⁵⁷



De facto, ao longo destes 40 anos a emigração masculina foi uma realidade que se evidenciou em Santa Cruz. Em 1799 a emigração masculina é bem visível nos homens com idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos (razão de masculinidade

⁵⁶ Paulo Teodoro de Matos, "Santa Cruz [...]", in *Arquipélago [...]*, p. 262.

⁵⁷ cf., Paulo Teodoro de Matos, *op. cit.*, p. 262. Esta pirâmide inclui a parte urbana e rural, já que as suas diferenças são pouco relevantes.

de 41,6%) e entre os 30 e os 40 anos (RM. 55,4%). Em 1814 continua-se a sentir a emigração masculina entre os 20 e os 40 anos (RM. de cerca de 50%). Já em 1839, a saída de efectivos masculinos continua a ser bem evidente, pois existiriam 39 homens para cada 100 mulheres entre os indivíduos de 20 a 30 anos.⁵⁸ A informação relativa às estruturas populacionais do arquipélago dos Açores entre 1807-1808, possibilita destacar o carácter jovem da sua população com uma média de 34% (atestada pelo pouco peso dos efectivos idosos de 6%). Este carácter jovem sintetiza, igualmente, os efeitos da intensa mortalidade infantil (1-5 anos). As ilhas com população mais jovem eram a Graciosa, Faial, Flores e Corvo.⁵⁹ De acordo com os mapas da população, para o ano de 1821, de António Homem da Costa Noronha e Luiz de Barcellos Merens⁶⁰, já estudados por Paulo Teodoro de Matos, conhecemos a distribuição sexual e etária dos efectivos da ilha. Da sua interpretação compreende-se a existência de uma sociedade bastante jovem, portanto, com elevados níveis de fecundidade. Apesar disso, está bem patente a substancial redução de uma população entre os 10 e os 20 anos. Esta situação pode ser explicada pela elevada taxa de mortalidade infantil e juvenil e também, talvez, pelos possíveis efeitos da saída de efectivos deste grupo etário. De realçar, os efeitos das migrações, com impacto na redução dos efectivos masculinos e femininos entre os 30 e os 40 anos e os 40 e os 50 anos.⁶¹ Também Artur Boavida Madeira, na sua dissertação: *População e Emigração nos Açores (1766–1820)*⁶², referia relativamente ao ano de 1800, que a população masculina da ilha Graciosa era extremamente reduzida 42,8% e que a população activa 28,3% era predominantemente feminina. Esta situação, por si só, é desestabilizadora de qualquer orgânica populacional, pois exprime uma grande dependência dos jovens e dos velhos (por cada 100 indivíduos activos existiam 134 jovens e 28 velhos dependentes). Da leitura do seu estudo, também fica claro, as movimentações das populações que no caso das saídas de homens, terá como possível justificação os recrutamentos militares, realizados entre 1766 e 1798, assim como nas décadas seguintes. Sublinhe-se a ideia

⁵⁸ Paulo Teodoro de Matos, “Santa Cruz [...]”, in *Arquipélago* [...], p. 263.

⁵⁹ Paulo Teodoro de Matos, “A população [...]”, in *Gentes* [...], p. 40.

⁶⁰ António Homem da Costa Noronha e Luiz de Barcellos Merens, “Mappa da população e fogos das ilhas dos Açores, por freguesias, ilhas e comarcas, com a cópia das cartas marítimas das ditas ilhas”, [...], 7 de Março de 1824, D.160R.

⁶¹ Paulo Teodoro de Matos e Tiago Silva, “A população da ilha Graciosa [...]”, in *O Faial* [...], p. 13.

⁶² Artur Boavida Madeira, *População e Emigração nos Açores (1766-1820)*, Cascais, Patrimonia Histórica, 1999, pp. 145-147.

de uma ilha com uma população muito jovem, mas muito influenciada por movimentos migratórios que acabaram por a desequilibrar, fragilizando a sua economia.

As desproporções assinaladas ao nível das relações de masculinidade terão consequências em termos de mercado matrimonial, que por sua vez estarão relacionadas com as elevadas percentagens de ilegitimidade da ilha. Segundo Jack Goody a baixa matrimonialidade está associada a maiores níveis de ilegitimidade. A forte ausência de homens em idade núbil desequilibrava o mercado matrimonial, conduzindo a uma maior expressão da sexualidade fora do casamento.⁶³ A análise dos dados relativos à ilha Graciosa, e freguesia de Santa Cruz em particular, permitem indiciar o quadro demográfico com um dos principais efeitos potenciadores da ilegitimidade.

3.3 - Natalidade, Nupcialidade e Mortalidade

Ao analisar os comportamentos demográficos, especificamente em Santa Cruz entre 1799 e 1850, constatamos, conforme o gráfico 3.4 que a T.B.N. (Taxa Bruta de Natalidade) apresenta um valor médio de 29,3‰.

Assim, enquanto 1814 e 1839 a T.B.N. rondava os 36‰, já no final de 1840 havia baixado para 24‰, uma quebra considerável em tão curto espaço de tempo. Estes valores são confirmados pela baixa taxa de fecundidade geral. No que diz respeito à T.B.M. (Taxa Bruta de Mortalidade) e segundo o gráfico 3.5, esta apresenta uma oscilação entre os 8,2‰ e os 23,5‰ amplitude muito elevada, mas normal num universo tão reduzido.⁶⁴

⁶³ Jack Goody, *Família e Casamento na Europa*, Coleção O Passado no Presente, Oeiras, Celta, 1995 (ed. original inglesa de 1983), pp. 193-194.

⁶⁴ Paulo Teodoro de Matos, "Santa Cruz [...]", in *Arquipélago* [...], p. 272.

Gráfico 3.4 – Taxas Brutas de Natalidade em Santa Cruz, 1799-1840 (‰)⁶⁵

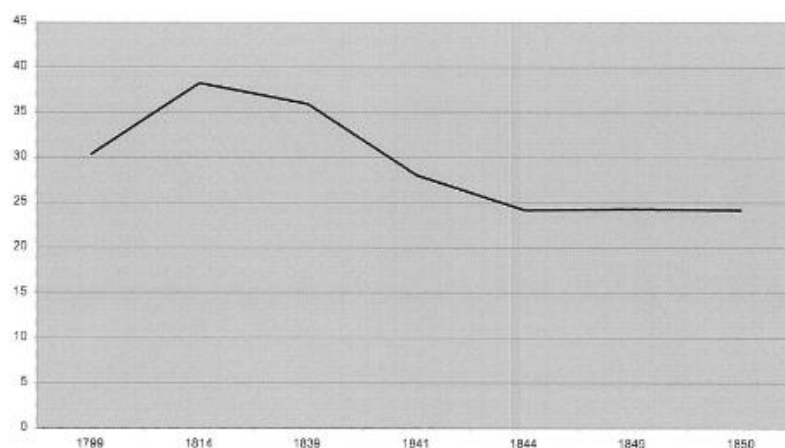


Gráfico 3.5 – Taxas Brutas de Mortalidade, em Santa Cruz, 1799-1840 (‰)⁶⁶



Relativamente à ilha Graciosa, como um todo, e conforme o gráfico 3.6, ao longo de Oitocentos e de uma forma geral a natalidade registou níveis globalmente elevados finais até finais de 1830 (quando se atinge a permilagem de 42‰).

⁶⁵ Paulo Teodoro de Matos, “Santa Cruz [...]”, in *Arquipélago* [...], p. 265.

⁶⁶ cf., Paulo Teodoro de Matos, *op. cit.*, p. 273.

Gráfico 3.6 – Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade na Ilha Graciosa, 1800-1840⁶⁷

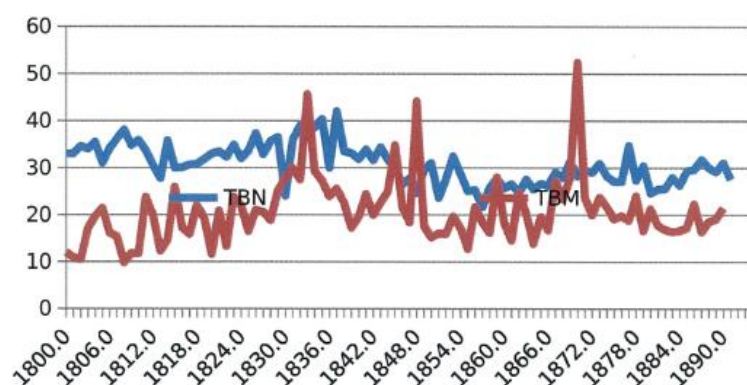
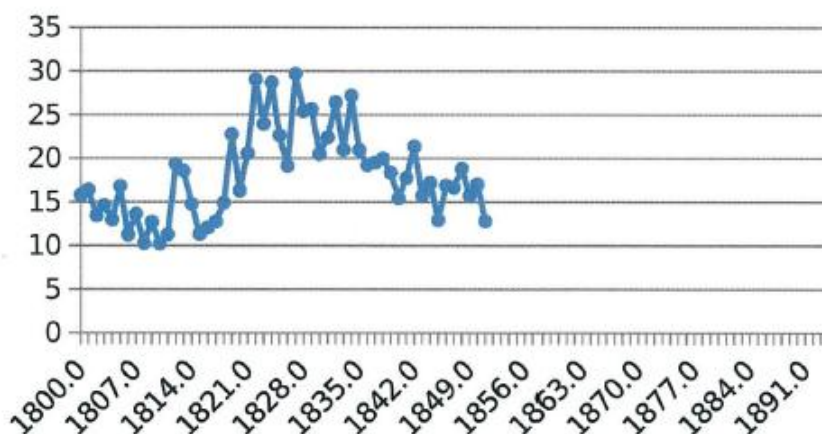


Gráfico 3.7 – Percentagem de Filhos Ilegítimos na Ilha Graciosa, 1800-1840⁶⁸



Nas primeiras quatro décadas do século XIX a taxa de natalidade oscilou entre os 30 e os 35%.⁶⁹ No que diz respeito ao arquipélago, a taxa bruta de natalidade (T.B.N.) atingiu os 33% no último quartel setecentista. Comparativamente ao Continente, a T.B.N. em 1801 era de 41,9%.⁷⁰ A mortalidade atingia os 27%. Analisando os valores globais da T.B.N. observa-se uma relativa homogeneidade do indicador,

⁶⁷ Paulo Teodoro de Matos e Tiago Silva, “A população da ilha Graciosa [...]”, in *O Faial* [...], p. 17.

⁶⁸ cf., Paulo Teodoro de Matos e Tiago Silva, *op. cit.*, p. 22.

⁶⁹ cf., *idem*, *op. cit.*, p. 18.

⁷⁰ Teresa Ferreira Rodrigues, *História da População Portuguesa: Das Longas Permanências à Conquista da Modernidade*, Porto, Centro de estudos da População Economia e Sociedade, Afrontamento, 2008, p. 372.

embora se apresente mais elevado no grupo Ocidental.⁷¹ Na ilha Graciosa, ao longo do século XIX deu-se uma acentuada perda de população. A ilha foi afectada pelas crises de varíola, sarampo e febres escarlatinas. Os altos índices de mortalidade de 1823 estariam relacionados com a febre escarlatina e, a partir de 1827, o aumento da mortalidade deveu-se a um surto de sarampo e varíola. Pela análise dos nascimentos e óbitos, esta perda de população não se legitima pelos picos de mortalidade (causados, em princípio por epidemias), mas por uma elevada emigração, quer para as ilhas circunvizinhas, quer para o exterior.⁷² “Nas décadas de 1820 e 1830 o crescimento é quase nulo, ao contrário da generalidade do arquipélago”.⁷³ Efectivamente, a saída da população, em particular, para a Terceira, bem como as saídas de homens desde meados do século XVIII, levou a um *deficit* de homens motivando, assim, provavelmente o aumento da ilegitimidade. Um dos traços distintivos da ilha Graciosa, são as elevadas percentagens de filhos ilegítimos, valores que por vezes ultrapassam os 30% do total de baptismos.⁷⁴ Conforme o gráfico 3.7 é possível perceber que a percentagem de filhos fora do matrimónio na década de 1820 é de 11,5%. A observação do quadro 3.2, vem legitimar esta interpretação, pois aqui podem observar-se as percentagens de ilegítimos entre 1800-1840, que oscilam entre 11,5% (1820-1829) e 15,2% (1800-1809). Em estudo realizado por Paulo Teodoro de Matos⁷⁵ para o período de 1838-1900, comparando com o conjunto do arquipélago, verifica-se que a Graciosa e São Jorge registaram os valores mais elevados de filhos nascidos fora do matrimónio. Concretamente na freguesia de Santa Cruz, em finais da década de 1839, a percentagem de ilegitimidade era de 23% (em cada 100 nascimentos, 23 eram ilegítimos).⁷⁶ No nosso estudo, em 50 anos de observação, apuramos 650 mães com filhos fora do matrimónio. Destas 650, 615 são solteiras, correspondendo a 94,62%, que foram responsáveis por 864 ilegítimos.

⁷¹ Paulo Teodoro de Matos, “A população [...]”, in *Gentes* [...], pp. 45-46.

⁷² Paulo Teodoro de Matos e Tiago Silva, “A população da ilha Graciosa [...]”, in *O Faial* [...], p. 26.

⁷³ cf., Paulo Teodoro de Matos e Tiago Silva, *op. cit.*, p. 26.

⁷⁴ cf., *idem*, *op. cit.*, p. 20.

⁷⁵ cf., *ibidem*, *op. cit.*, pp. 24-25.

⁷⁶ Paulo Teodoro de Matos, “Santa Cruz [...]”, in *Arquipélago* [...], p. 267.

Quadro 3.2 – Percentagem de Nascimentos Ilegítimos e Expostos na Ilha Graciosa, 1800-1840⁷⁷

Décadas	%	%
	Ilegítimos	expostos
1800-1809	15.2	2.1
1810-1819	13.3	1.0
1820-1829	11.5	1.5
1830-1839	14.1	1.6
1840-1849	14.7	1.1

Resumindo, a natalidade seria mais elevada na Terceira, Graciosa, Faial e Flores e mais reduzida no início do século XIX na ilha de São Miguel. Relativamente à mortalidade os valores oscilam nas várias ilhas e São Miguel, sobretudo em 1799-1801 destacava-se, pois os óbitos superavam os nascimentos. Deste modo a T.B.M. foi bastante suave no Pico, Faial, Graciosa e São Jorge.⁷⁸

Relativamente à nupcialidade e em estudo realizado apenas em dois anos 1838-1839 na freguesia de Santa Cruz, a idade média ao primeiro casamento fora de 26,1 anos para o sexo masculino e de 23 anos para o sexo feminino. No entanto a curta observação e o reduzido número do universo não nos permite atingir conclusões seguras.

Na idade média ao primeiro casamento, como observámos anteriormente, a diferença nos dois sexos era de 3 anos, mas na prática a emigração e o fenómeno da ilegitimidade não permitiram que os nubentes fossem do mesmo plano etário, sendo habitual existirem homens com mais de 20 anos de diferença relativamente às mulheres, bem como o contrário.

Os valores anteriormente referidos, são de um modo geral ligeiramente inferiores aos disponíveis para 1799-1801 na ilha Graciosa, onde as idades médias

⁷⁷ Paulo Teodoro de Matos e Tiago Silva, “A população da ilha Graciosa [...]”, in *O Faial* [...], p. 24 (adaptação nossa).

⁷⁸ Paulo Teodoro de Matos, “A população [...]”, in *Gentes* [...], p. 47.

estimadas ao primeiro casamento são de 28 anos para o sexo masculino e 28,5 para o sexo feminino.⁷⁹ No que diz respeito ao arquipélago, a idade média ao primeiro casamento calculava-se em 27,3 anos para os homens e 26,4 anos para as mulheres.⁸⁰ Relativamente à taxa bruta de nupcialidade (T.B.Nup.) para o período de 1799-1808 esta é de 7,2‰ para o arquipélago e de 5,6‰ para a Graciosa.⁸¹ Realce-se o facto de todos estes valores dizerem respeito a períodos diferentes (as idades médias atestadas para a freguesia de Santa Cruz, dizem respeito apenas a 2 anos: 1838-1839 e as idades medias avaliadas para a Graciosa e para o arquipélago dos Açores concernem ao período de 1799-1801). Por isso, é difícil retirar conclusões seguras do conjunto, no entanto e no geral o que se pode afirmar é que o acesso ao casamento era relativamente tardio, o que contribuiu, provavelmente, para níveis altos de ilegitimidade.

Sintetizando esta breve abordagem às dinâmicas da população açoriana entre o Antigo Regime e o Liberalismo, podemos afirmar que até 1800 a população das ilhas revelou um crescimento global pouco significativo, mas sensivelmente a partir de 1807 o ritmo de crescimento disparou. Também durante o primeiro quartel do século XIX a vila de Santa Cruz conheceu um crescimento populacional, entrando depois numa longa fase de estagnação.⁸² Ao nível do arquipélago a população era de um modo geral jovem, repercutindo assim, as elevadas taxas de natalidade. O mesmo se passou em Santa Cruz em que a estrutura etária se revelou bastante jovem, mas denotou grandes saídas de efectivos masculinos desde meados do século XVIII. Segundo Paulo Teodoro de Matos “poderá ter sido a emigração um dos motivos que conduziu ao crescer da ilegitimidade, [...]”.⁸³ No que diz respeito à realidade arquipelágica, já havia indícios (sobretudo na faixa etária – adultos – jovens) dos efeitos dos movimentos migratórios. Também a R.M. global se manteve nos 77% entre 1799 e 1839. Como afirmado anteriormente, parece existir uma relação directa entre a maior proporção de mulheres e o aumento de filhos ilegítimos.⁸⁴

⁷⁹ Paulo Teodoro de Matos, “A população [...]”, in *Gentes [...]*, p. 51.

⁸⁰ cf., Paulo Teodoro de Matos, *op. cit.*, p. 52.

⁸¹ cf., *idem*, *op. cit.*, p. 48.

⁸² Paulo Teodoro de Matos, “Santa Cruz [...]”, in *Arquipélago [...]*, p. 287.

⁸³ cf., Paulo Teodoro de Matos, *op. cit.*, p. 287.

⁸⁴ cf., *idem*, *op. cit.*, p. 263.

Sublinhe-se que a baixa nupcialidade e o elevado celibato definitivo feminino (causados, em princípio, pela elevada saída de efectivos do sexo masculino), poderão explicar o quadro de uma ilegitimidade tão acentuada.

CAPÍTULO 4 – A MATERNIDADE FORA DO MATRIMÓNIO E O ABANDONO DE CRIANÇAS

Num estudo desta natureza, importa, a partir da medição dos níveis de ilegitimidade e sua distribuição geográfica, caracterizar o universo de mulheres envolvidas neste fenómeno, no que diz respeito aos seus atributos socio-económicos. Nesta parte do trabalho estudaremos o nascimento fora do matrimónio sob o ponto de vista demográfico, nomeadamente, quanto à dimensão do universo, distribuição geográfica, profissão e estatuto económico. Esta análise também integra um estudo mais abrangente da ilha, procurando perspectivar a relação entre crescimento populacional e emigração, com o nascimento fora do matrimónio. Este estudo não perde de vista a eventual ligação entre crianças expostas e ilegítimas. Portanto, à partida, algumas das questões para as quais pretendemos indicar pressupostos ao longo deste capítulo, são as seguintes: são as famílias pobres que têm filhos ilegítimos?; A ilegitimidade repete-se ao nível de gerações?; As mulheres pobres e filhas de mães solteiras possuem maior reincidência?

Em resultado da importância da realização desta investigação, neste capítulo, iremos em primeiro lugar conhecer o que a historiografia diz sobre este tema, dando uma panorâmica geral de estudos efectuados sobre a ilegitimidade na Europa no período do Antigo Regime e do século XIX, com trabalhos de Pierre Chaunu, Peter Laslett, Edward Shorter e Andrew Blaikie.

Do mesmo modo, procederemos a uma breve abordagem da ilegitimidade em Portugal em igual período, com estudos de Maria Norberta Amorim, Brian Juan O'Neill, Fátima Brandão, bem como, no Arquipélago dos Açores, com Maria Norberta Amorim e Paulo Teodoro de Matos.

De seguida, com o objectivo de explicar a importância da análise da estrutura familiar das mães solteiras de Santa Cruz (para compreender a ilegitimidade), através da tipologia proposta pelo grupo de Cambridge, começaremos por identificar esta tese para depois conhecer os resultados já disponíveis para as ilhas de São Jorge e Graciosa. O nosso estudo também dará conta da distribuição familiar das progenitoras de Santa Cruz no ano de 1839 e sua análise.

Ao longo de todo este capítulo, após a apresentação dos resultados, procederemos à sua discussão. O propósito é interpretar os resultados, comentando-os e mostrando que os objectivos propostos foram atingidos. Por esta razão consideramos estar a contribuir para o conhecimento do tema, embora, sempre numa perspectiva de abertura para novos trabalhos.

Um dos traços da demografia da Europa do Antigo Regime e do século XIX parece ser a baixa ausência de nascimentos fora do matrimónio. Segundo Pierre Chaunu⁸⁵ as taxas de ilegitimidade eram muito baixas na Europa e excepcionalmente baixas na França. A França rural apresentava taxas de ilegitimidade na ordem dos 05,1%, podendo atingir 2,5% nas regiões do litoral e as cidades apresentavam valores um pouco mais elevados. Também na Inglaterra pré-industrial e segundo Peter Laslett a ilegitimidade atingia níveis muito reduzidos, embora comparativamente com a França, e apesar do rigor do protestantismo, eram significativamente mais altos do que os da França onde a religião católica permitiria, talvez, um modo de vida menos austero. Conforme estudo para o período de 1580 e a última década do século XVIII a percentagem média de ilegitimidade era de 34 bastardos em cada mil crianças.⁸⁶ No entanto, sabemos que existem várias zonas em que a ilegitimidade foi alta. É o que defende Edward Shorter, ao afirmar que entre 1750 e 1850, se verificou um enorme aumento na ilegitimidade na Europa Oriental. Shorter sugere que este fenómeno reflectiu em primeiro lugar, uma melhoria de saúde das mulheres e consequentemente, da biologia reprodutiva, mas que foi, sobretudo, fruto de uma maior actividade sexual e um declínio no aborto provocado.⁸⁷ Também Andrew Blaikie,

⁸⁵ Pierre Chaunu, *Histoire: Science Sociale*, Paris, S. E. D. E. S., 1974, p. 456.

⁸⁶ Peter Laslett, *Family Life and Illicit Love in Earlier Generations*, Cambridge University Press, 1977, pp. 116-117.

⁸⁷ Edward Shorter, *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar, 1995, pp. 89-131.

numa investigação sobre o Norte da Escócia (1750-1800), alcançou resultados surpreendentes, ao encontrar níveis de ilegitimidade superiores a 15% durante todo o século XIX, em meio urbano e rural. Após a reconstituição de famílias segundo o modelo de Laslett, Andrew Blaikie concluiu haver uma fraca relação entre o aumento de ilegitimidade e a reincidência das mães solteiras e que a tendência para a bastardia não se restringia a certas famílias.⁸⁸

Em Portugal, nos séculos XVIII e XIX, os dados demonstram uma grande variabilidade geográfica, no entanto alguns estudos têm destacado que ao longo de todo o século XVIII houve regiões onde a ilegitimidade teve sempre valores mais elevados, configurando assim, um quadro regional específico. A ilegitimidade seria muito maior a Norte do que a Sul e o Minho destacava-se com um regime de ilegitimidade bastante elevado. Maria Norberta Amorim, constatou no período do Antigo Regime, no Nordeste de Portugal uma alta frequência de ilegitimidade, com valores acima dos 10%.⁸⁹ Do mesmo modo, Brian Juan O'Neill, em estudo efectuado em Fontelas (Trás-os-Montes) no período de 1870-1978, afirma que a proporção de ilegitimidade é de 41,4%. No período de 1870-1879 em 63 baptismos, 22 eram de ilegítimos (proporção de 34,9%).⁹⁰ Também Fátima Brandão, em investigação realizada para o período de 1720 e 1888, na aldeia do Mosteiro (Nordeste português), avançou com o rácio de ilegitimidade nos 17,2%, nunca descendo os 10% e por vezes atingiu mais de 20%.⁹¹ Nos Açores, Maria Norberta Amorim detectou valores entre os 3,1% e os 8,5% de ilegítimos e Paulo Teodoro de Matos nos seus estudos evidenciou elevados níveis de ilegitimidade sobretudo nas ilhas de São Jorge e Graciosa na ordem dos 20% sobre o total dos nascimentos. Deste modo, estes dados contrastam com os encontrados na maioria da Europa, nomeadamente, em França e Inglaterra.

⁸⁸ Paulo Lopes Matos, *O Nascimento Fora do Matrimónio* [...], pp. 440-441.

⁸⁹ Maria Norberta Amorim, *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, INIC, 1987, p. 238.

⁹⁰ Brian Juan O'Neill, *Jornaleiras e Zorros: - Dimensões da Ilegitimidade Numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1985, pp. 181-182.

⁹¹ Maria de Fátima S. Brandão, *Terra Herança e Família no Noroeste de Portugal: O Caso do Mosteiro no Século XIX*, Porto, Afrontamento, 1994, pp. 235-236-237.

4.1 – Volumes, Tendências e Estado Civil

Ao longo dos 50 anos em observação (de 1790 a 1840), num total de 1017 registos de baptismo fora do casamento, encontramos, de forma efectiva, 650 mulheres com filhos ilegítimos. Este número (dos 1017 registos, restam-nos 650 mães), compreende-se pelo fenómeno de um tão restrito leque de nomes próprios atribuídos a estas mulheres, o que levou à homonímia. Por outras palavras, existem vários registos com o mesmo nome da mãe, mas na verdade, potencialmente correspondem à mesma mulher, levando a que o resultado final seja um número mais reduzido de progenitoras. Destas 650 mães, 615 são solteiras, correspondendo, portanto, a 94, 62% sendo estas responsáveis por 864 ilegítimos. Conforme se observa no quadro 4.1, desconhecemos o estado civil das mães para 2% do universo, 1,08% são casadas e 2,31% viúvas. Assim, segundo o quadro referido, numa primeira análise a informação que obtemos é que a maior parte destas mulheres 94, 62% eram celibatárias, mas não temos meios, neste estudo, para podermos afirmar se morreram solteiras, uma vez que se desconhecem os seus percursos de vida.

Quadro 4.1 - Mães na Freguesia de Santa Cruz, por Estado Civil, 1790-1840

Estado civil	Viúvas	Casadas	Não se sabe	Solteiras	Total
Nº	15	7	13	615	650
Nº em %	2,31%	1,08%	2%	94,62%	100,01%

O nosso estudo não contemplou o cruzamento de dados, dos vários registos paroquiais, nascimento, casamento e óbito. Os outros estados civis – 15 viúvas e 7 casadas -, são efectivamente baixos, por isso importa destacar a realidade destas mulheres casadas. Destas 7, temos conhecimento, que 4 têm o marido ausente e uma 5ª da qual há indicação que é casada com Manuel Inácio, mas que não será o pai desta criança que foi registada como filha de “pai não sabido”. Os registos também indicam

que 3 destas mulheres reincidiram na maternidade, enquanto tinham os maridos ausentes. Estariam emigrados em paragens remotas, como no Brasil? Estariam os casais separados? Teriam abandonado as mulheres? Para estas questões não temos respostas, pois seria necessário seguir o rastro destes homens através de outras fontes que este estudo não observou. Relativamente às 13 mães cujo estado civil não é indicado nos registos, leva-nos a crer, que provavelmente uma boa parte destas mães seria natural da própria freguesia e por isso, o pároco como as conhecia bem, não considerou importante anotar estes informes. Resumindo, o que parece mais relevante é o facto de mais de 90% das progenitoras serem solteiras, levando-nos a antecipar, desde já as causas e características desta ilegitimidade: o celibato seria elevado, pois os níveis de emigração eram altos? A escassez de homens determinaria a ilegitimidade nesta freguesia? É o que vamos tentar entender ao longo deste capítulo. Com efeito, registe-se a particularidade da ilha Graciosa (em todos os anos de observação – 1800/1900), a par da ilha de São Jorge, obter sempre os valores mais elevados de filhos ilegítimos, quer a nível de todo o arquipélago quer, até, a nível nacional.⁹²

4.2 - Naturalidade

Segundo o quadro 4.2 das 615 mulheres solteiras com filhos ilegítimos 27, 32% - 168 - são naturais de Santa Cruz, 9,27% - 57 - são oriundas de outros locais enquanto que para a maior parte (390, ou seja 63, 41% do universo) desconhece-se a sua origem.

Quadro 4.2 - Naturalidade das Mães Solteiras, 1790-1840

Local	Santa Cruz	Não se sabe	Outros locais	Total
Nº	168	390	57	615
Nº em %	27,32%	63,41%	9,27%	

⁹² Paulo Teodoro de Matos e Tiago Silva, “A população da ilha Graciosa [...]”, in *O Faial* [...], pp. 23-24.

Através da leitura dos gráficos 4.1 e 4.1A, 4.2 e 4.2A, das 57 mulheres, cuja naturalidade são outros locais da ilha Graciosa, a origem geográfica com maior representação é a freguesia de Guadalupe 35,09% (20 mães), seguida da ilha de São Jorge 21,05% (12 mães) e da freguesia da Luz 14,04% (8 mães). Com 5 mães encontramos a ilha do Pico, e a freguesia de São Mateus, 3 mães do Faial, enquanto as restantes estão distribuídas pelas ilhas de Santa Maria, Terceira, São Miguel e Flores, todas com apenas 1 mãe. Desta observação podemos concluir que existiu alguma mobilidade nestas mães, sobretudo vindas de outras freguesias da Graciosa (Guadalupe, Luz e São Mateus), bem como de ilhas circunvizinhas como São Jorge, Pico e Faial. Curiosamente, apenas 1 mãe é oriunda da Terceira, contrariando assim, a normal circulação de pessoas que a sua aproximação sempre ditou. Quanto às 390 mães cuja naturalidade não é indicada, à partida seriam naturais e residentes na paróquia, mas provavelmente a residir na zona rural, pois esta freguesia estava dividida em zona urbana e zona rural. Como já referimos anteriormente, o pároco como as conhecia bem, naturalmente, não considerou importante mencionar este dado.

Gráfico 4.1 - Naturalidade das Mães Solteiras, 1790-1840 – Outros Locais (Freguesias)

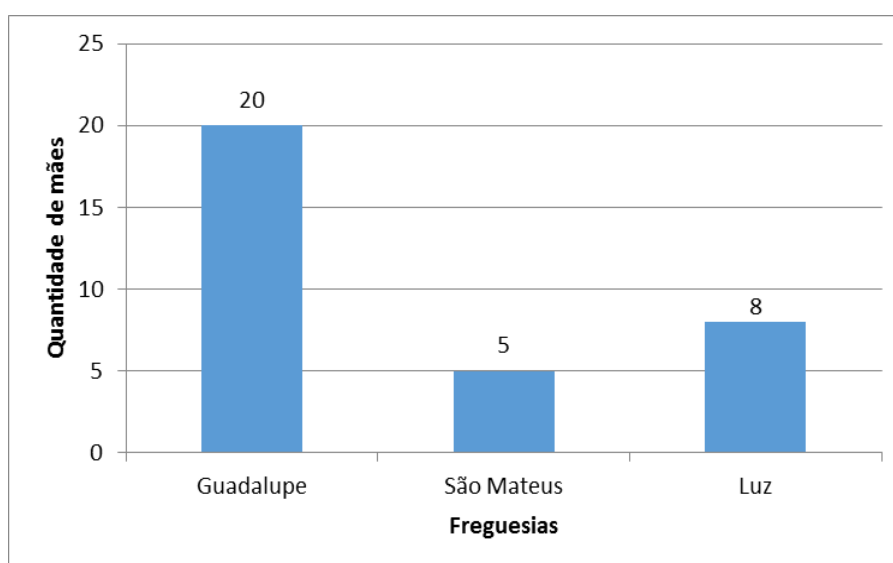


Gráfico 4.1A – Naturalidade das Mães Solteiras, 1790-1840 – Outros Locais (Freguesias em Percentagens)

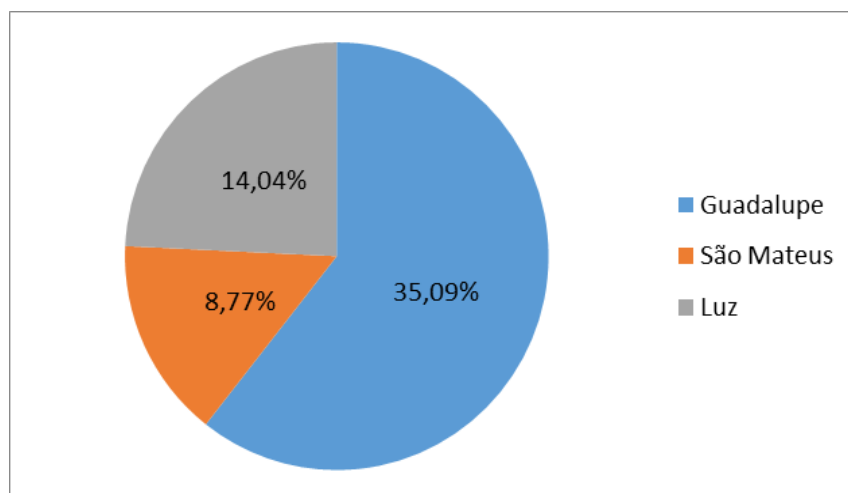


Gráfico 4.2 – Naturalidade das Mães Solteiras, 1790-1840 – Outros Locais (Ilhas)

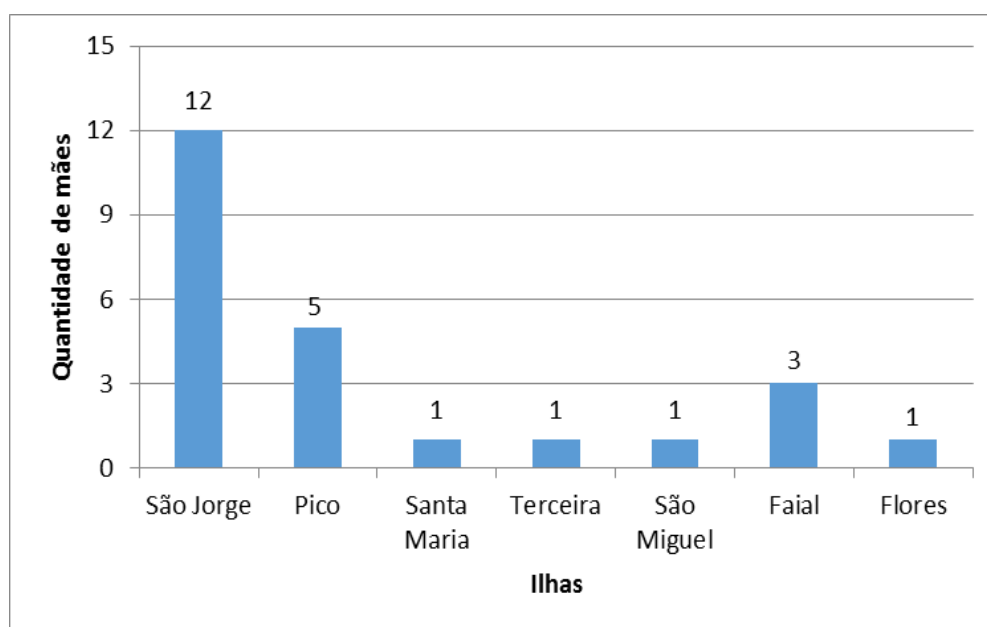
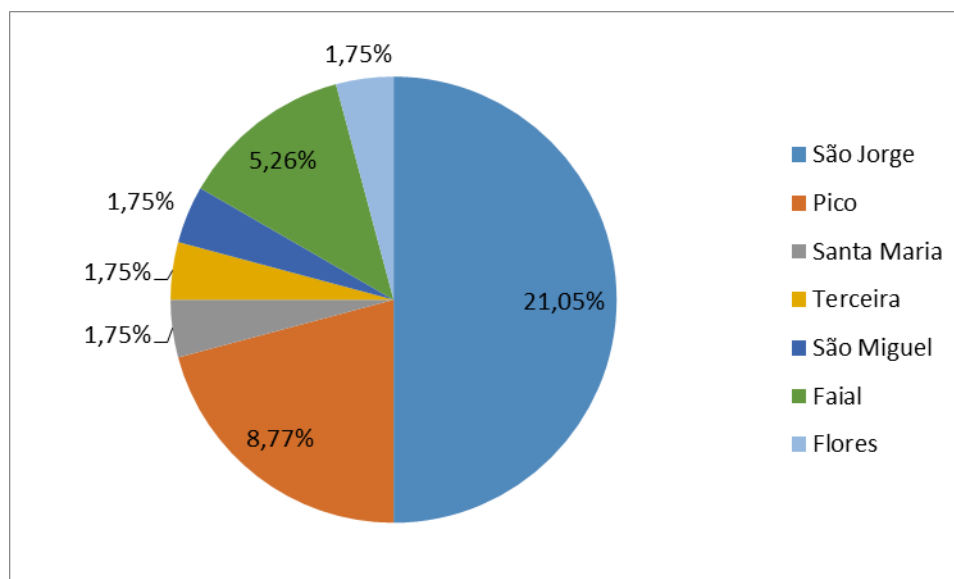


Gráfico 4.2A – Naturalidade das Mães Solteiras, 1790-1840 – Outros Locais (Ilhas em Percentagens)



4.3 - Idade Média ao Nascimento do Primeiro Filho e Reincidência

Para determinar a idade destas mães e face a esta ausência nos registos de baptismo, tivemos que nos socorrer do rol de confessados de 1839. Deste modo, através do cruzamento dos róis de confessados (da vila e “dos campos”, Santa Cruz 1839) com os registos de baptismo, a análise da idade ao nascimento do primeiro filho sugere-nos uma leitura diferenciada, isto é, o rol da vila e o rol “dos campos” apresentam resultados um pouco diferentes. Assim, das 39 progenitoras solteiras com filhos constantes da listagem da vila, foram encontradas, em rigor, nos registos de baptismo, 20 mulheres. Apenas se conseguiu apurar este número, devido às dificuldades de identificação destas mulheres (homonímia) e também por causa da grande mobilidade das mães e filhos. De acordo com o quadro 4.3 a idade da mulher ao nascimento do primeiro filho é em 1º lugar os 20 anos – 4 mulheres foram mães com esta idade -, em 2º lugar não se sabe – 3 mulheres não se tem conhecimento-, em

3º lugar os 19 anos – 2 mulheres foram mães com esta idade-, bem como o mesmo número de mulheres, 2, foi mãe aos 35 e aos 45 anos, respectivamente. Com apenas uma observação, vamos encontrar as idades de 21, 23, 26, 30, 31, 32 e 33 anos. Num universo estatisticamente tão reduzido, corremos o risco de alcançar resultados que não nos oferecem a maior segurança. Assim, alertamos para a fragilidade das observações apresentadas.

Quadro 4.3 - Idade das Mães ao Nascimento do Primeiro Filho, 1790-1840⁹³

Idade	Não se sabe	19 anos	20 anos	21 anos	23 anos	26 anos	30 anos	31 anos	32 anos	33 anos	35 anos	41 anos
Quantidade	3	2	4	1	1	1	1	1	1	1	2	2

Relativamente ao rol “dos campos”, das 30 mulheres solteiras com filhos existentes em 1839, foram identificadas, com segurança nos registos de baptismo, 24. De acordo com o quadro 4.4, a maior parte destas concebeu pela primeira vez aos 34 anos (3 mulheres). Assinale-se, também, o número de mulheres que concebem em idades muito precoces, 14 e 18 anos, onde encontramos duas observações para cada uma das referidas idades. Ainda para a ocorrência de 2 mulheres conhecemos as seguintes idades: 23, 25, 29 e 31 anos. Sublinhe-se que na circunstância de apenas 1 mulher existem várias idades, nomeadamente, 19, 20, 26, 30, 33, 36, 37 e 45 anos. De realçar a idade tardia de 45 anos com apenas uma única observação. Procedendo a uma análise comparativa entre os quadros 4.3 e 4.4, destaca-se a idade precoce ao nascimento do primeiro filho aos 14 anos nas mães do rol “dos campos” contrastando com a idade de 19 anos no rol da vila, também ela precoce, mas que comparativamente, apresenta uma diferença de 5 anos, tornando-a um pouco mais aceitável. No que diz respeito às idades mais tardias na concepção, encontramos no “rol dos campos” os 45 anos e no rol da vila os 41 anos (ambas elevadas). Saliente-se

⁹³ Rol da vila (1839) – Cruzado com os registos. Média 27,4.

ainda o facto do número de mães cuja idade ao nascimento do primeiro filho que não conseguimos identificar, ser superior no rol da vila, 3 mães, e em número inferior, no rol “dos campos”, apenas 1 mãe.

Quadro 4.4 - Idade das Mães ao Nascimento do Primeiro Filho, 1790-1840⁹⁴

Idade de nascimento do 1º Filho	Não se sabe	14 anos	18 anos	19 anos	20 anos	23 anos	25 anos	26 anos	29 anos	30 anos	31 anos	33 anos	34 anos	36 anos	37 anos	45 anos
Quantidade de mães	1	2	2	1	1	2	2	1	2	1	2	1	3	1	1	1

Apesar das diferenças apresentadas, os dois quadros têm uma semelhança, pois ambos apresentam como base uma grande diversidade de idades, que no caso do rol da vila (11 ocorrências) oscila dos 19 até aos 41 anos e no rol “dos campos”, a diversidade de idades (15 observações) apresenta uma amplitude dos 14 aos 45 anos. Para além disto, nenhuma das idades apresentadas se destaca de forma singular. No caso do rol da vila a idade que mais se evidencia são os 20 anos para 4 mulheres. Já no rol “dos campos”, a idade com maior quantidade de mães, três, são os 34 anos. As restantes ocorrências de mães nos dois quadros estão distribuídas de forma muito suave, com quantidades muito reduzidas que variam entre uma mãe e duas mães. Outra possível analogia é o equilíbrio entre o número de mães, uma (embora com uma grande flexibilidade nas idades de procriação), nos dois quadros. No início desta abordagem (ponto 4.3), começamos por observar, através do cruzamento das duas fontes – rol de confessados e registos paroquiais – a idade do nascimento do primeiro filho destas mães solteiras (rol “dos campos” e rol da vila) e os resultados obtidos foram ligeiramente diferenciados em relação às duas zonas (urbana e rural), mas também detectamos algumas analogias. Importa agora sublinhar, que medimos a idade média ao nascimento do primeiro filho nestas mães (rol da vila e rol “dos campos”) e as observações apontam para uma grande similitude, uma vez que os valores são praticamente iguais: 27,41 para o rol da vila e 27,04 para o rol “dos

⁹⁴ Rol “dos campos” (1839) – Cruzado com os registos. Média 27,04.

campos”. Assim, alertamos para a eventual fragilidade das conclusões apresentadas, apesar do rigor que pautou esta investigação. Resta-nos crer em futuros estudos que de alguma forma tragam uma visão não tão delicada desta realidade. Neste momento e perante estes dados o importante é discutí-los à luz de uma interpretação o mais pragmática possível. Assim, o que estes números nos revelam é que estas mulheres conceberam tardiamente, maternidade esta motivada, talvez, por problemas de carácter económico. Comparando, as idades médias ao nascimento do primeiro filho nestas mães de Santa Cruz, com o período de 1830-1839 em São Mateus e Prainha (freguesias do Pico), em estudo realizado por Maria Norberta Amorim, para o sexo feminino, a idade média ao primeiro casamento, são 24,8 anos para a primeira e 28,9 para a segunda. Quer isto dizer, que os valores de Santa Cruz se aproximam mais dos da Prainha. Do mesmo modo e no que respeita à percentagem de filhos ilegítimos e enjeitados, o século XIX, diferencia-se com percentagens acima dos 10% (Prainha e São Mateus), apontando os efeitos da emigração e como aludimos anteriormente a uma idade tardia no acesso ao casamento feminino.⁹⁵ Continuando, nesta perspectiva de comparação com outros espaços, numa investigação levada a cabo para o período de 1800-1849 nas freguesias da Madalena e Criação Velha (ilha do Pico) pelas investigadoras do CITCEM, Carlota Santos e Maria Hermínia Mesquita, constata-se que na freguesia da Madalena a idade média ao primeiro casamento para as mulheres, são os 25,6 anos e para a Criação Velha 25 anos.⁹⁶ Comparando, de novo, as médias de idade são relativamente inferiores às encontradas em 1839 para Santa Cruz, embora as idades aqui definidas sejam as da idade média ao primeiro casamento, contrariamente às apuradas para Santa Cruz onde a média é a idade do nascimento do primeiro filho. Ainda em relação ao arquipélago dos Açores, Paulo Teodoro de Matos estudou a freguesia da Ribeira Seca (São Jorge) e obteve, no período entre 1830-1839, o valor de 27,4 anos de idade média ao primeiro casamento para o sexo feminino. No que diz respeito à idade média ao nascimento do primeiro filho, no mesmo período (1830-

⁹⁵ Maria Norberta Amorim, “História das Populações Açorianas [...]”, in *A Demografia das Sociedades* [...], pp. 153-159.

⁹⁶ Carlota Santos e Maria Hermínia Mesquita, “Proprietários da Madalena e Criação Velha (ilha do Pico) em finais do século XIX. Família e Património (estudos de caso)”, in *Espaços Urbanos: Dinâmicas Demográficas e Sociais (Séculos XVII-XX)*, 2008, p. 30.

1839), o valor obtido é de 26 anos para as mães solteiras.⁹⁷ Esta idade é muito próxima à avaliada para a freguesia de Santa Cruz que como referimos anteriormente, é de 27,41 para a zona urbana e 27,4 para o termo rural.

Assim, e de um modo geral, as idades médias identificadas para as 4 freguesias do Pico, à excepção da Prainha – médias de idade ao primeiro casamento - são inferiores às identificadas na freguesia da Ribeira Seca (São Jorge) – médias de idade ao primeiro casamento e médias ao nascimento do primeiro filho – e Santa Cruz (Graciosa) – médias de idade ao nascimento do primeiro filho. Uma vez mais se alerta para a necessidade do uso de alguma precaução na interpretação destes resultados. As amostras utilizadas em cada uma das freguesias e respectivas metodologias de análise, são todas muito diversas levando, obrigatoriamente, a análises muito particulares e difíceis de enquadrar num todo. Com o propósito de valorizar esta análise e na tentativa de obter resultados mais seguros, confrontámos os valores identificados neste estudo, com mais dois espaços, desta feita, no continente. Assim, numa investigação de João de Pina Cabral nas freguesias de Paço e Couto (Minho) em 1860 (período posterior ao tratado na nossa pesquisa), a idade média ao primeiro casamento para o sexo feminino é calculada nos 29,32 anos.⁹⁸ Noutro estudo realizado por Brian Juan O'Neill, em Fontelas (Trás-os-Montes) para o período de 1870-1879, o antropólogo apurou a média à data do primeiro casamento para as mulheres, em 34,4 anos.⁹⁹ As idades apuradas para estas freguesias no continente são muito elevadas, ainda mais do que aquelas que foram identificadas para a freguesia de Santa Cruz. De novo, é prudente acautelar a interpretação destes resultados. Seria fundamental conhecer com rigor o contexto e finalidade destas investigações, para assim poder tirar ilações mais conclusivas, numa óptica comparativa com os da freguesia de Santa Cruz.

Resumindo, o que os valores de Santa Cruz representam (idades médias ao nascimento do primeiro filho) é que estas mulheres conceberam tardiamente e sendo

⁹⁷ Paulo Lopes Matos, *O Nascimento Fora do Matrimónio* [...], pp. 156-157-286.

⁹⁸ João de Pina Cabral, *Filhos de Adão, Filhas de Eva – A Visão do Mundo Camponesa do Alto Minho*, Lisboa, Dom Quixote, 1989, p. 95.

⁹⁹ Brian Juan O'Neill, *Proprietários, Lavradores e Jornaleira. Desigualdade Social Numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Colecção Portugal de Perto Lisboa, Dom Quixote, 1984, p. 303.

solteiras, significam, igualmente, uma dificuldade no acesso ao casamento (das 650 progenitoras estudadas, 615 são solteiras). Estas idades tardias na maternidade(e no casamento), são uma realidade observada, de um modo geral, em todos os casos referidos. Esta situação, conduziu, provavelmente, à ilegitimidade em todos estes espaços diferenciados do continente e do arquipélago dos Açores, particularmente da Ribeira Seca (São Jorge) e de Santa Cruz (Graciosa).

No que diz respeito à reincidência na maternidade das mães solteiras e de acordo com o quadro 4.5 de um total de 615 mães solteiras, 468 tiveram só 1 filho e 147 foram reincidentes na maternidade. O total de 396 filhos gerados por 147 mães reincidentes, encontram-se distribuídos (conforme o quadro 4.6 e respectivo gráfico 4.3).

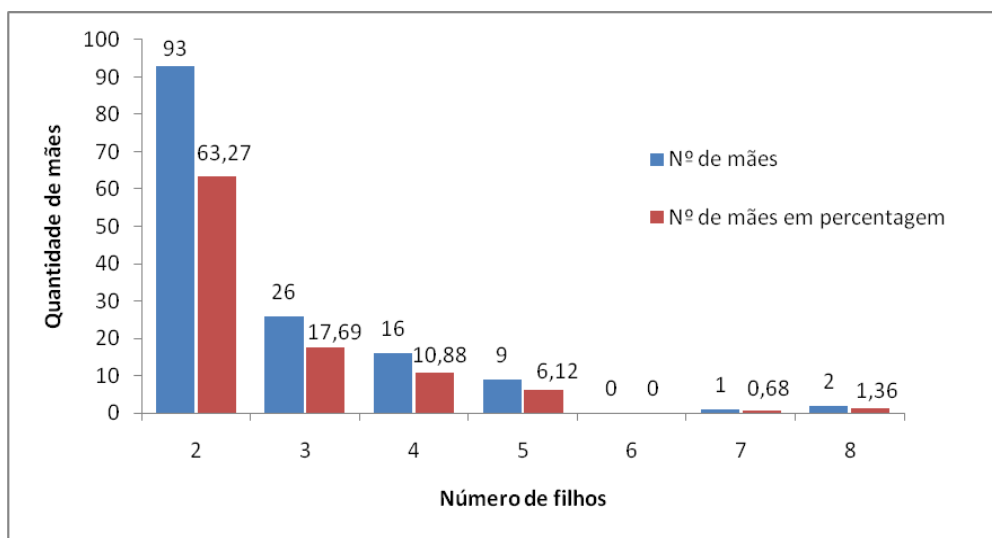
Quadro 4.5 - Reincidência na Maternidade das Mães Solteiras, 1790-1840

Total de mães solteiras	Total de mães reincidentes na maternidade	Total de filhos das mães reincidentes	Total de mães com apenas um filho
615	147	396	468
		Total de filhos ilegítimos - 864	

Quadro 4.6 – Distribuição de Filhos das 147 Mães Reincidentes, 1790-1840

Nº de filhos	2 filhos	3 filhos	4 filhos	5 filhos	6 filhos	7 filhos	8 filhos
Quantidade de mães reincidentes	93	26	16	9	0	1	2
Percentagem de mães reincidentes	63,27%	17,69%	10,88%	6,12%	0 %	0,68%	1,36%

Gráfico 4.3 - Distribuição de Filhos das 147 Mães Reincidentes, 1790-1840



Os dados apresentados levam-nos a possíveis resultados que poderão indicar comportamentos pouco expectáveis, pois o número de mulheres só com um filho (468) é três vezes superior àquele observado para as mulheres reincidentes na maternidade (147). Em princípio, numa sociedade de finais do século XVIII, início do século XIX, numa comunidade eminentemente católica, o mais provável é que houvesse um maior número de mães a renovar a maternidade, embora, e há que ressaltar, o universo estatístico representado é reduzido levando a leituras eventualmente um pouco singulares. Dado igualmente curioso, é que na reincidência a maior quantidade de mães (93) possui um número de filhos reduzido (2), enquanto que com 8 filhos, por exemplo, só existem 2 mães. Na nossa opinião, estes resultados são de difícil interpretação. Este grupo restrito de mulheres reincidentes na maternidade, também não foi propulsor de um grande número de bastardos, uma vez que o volume de renovações da maternidade ilegítima nunca foi muito elevado. Pensamos ser delicado aferir com exactidão, mas também aqui estes dados se revelam um pouco inesperados. O significado mais prático destes valores é que a maternidade destas mulheres não implica sempre a persistência na reprodução ilegítima. Todavia, muito provavelmente, várias destas mães identificadas com apenas 1 filho, poderão ter renovado a maternidade, mas por dificuldades de identificação (homonímia) e

mobilidade geográfica, são estes os resultados obtidos. Outro facto, muito interessante, a acrescentar no que diz respeito à reincidência destas progenitoras, é que nas 615 mães solteiras apuradas com filhos ilegítimos, apenas 54 são filhas de mães, também elas solteiras. Esta informação não vai ao encontro das teorias que defendem o peso dos factores culturais na produção de filhos ilegítimos, que veio a ser designada por Peter Laslett, como a existência de uma “sub-sociedade com propensão para a bastardia”. Nos seus estudos realizados para 100 comunidades inglesas, ao longo de três gerações, concluiu que haveria uma parte das mulheres com filhos ilegítimos, que detinha determinadas características que as distinguiam como um sub-grupo: “uma série de mulheres que produzem bastardos, vivem na mesma localidade, cujas actividades persistiram durante várias gerações e que tendiam a estar ligadas por laços de parentesco ou pelo casamento”.¹⁰⁰ Estas mulheres foram designadas por “repeaters” e Peter Laslett assentou que seria esta condição que fazia aumentar a ilegitimidade, pois quando a proporção de nascimentos ilegítimos aumentava, a proporção dos mesmos nas mulheres reincidentes também subia.

Abreviando, o que importa aqui destacar, é a singularidade dos resultados obtidos na freguesia de Santa Cruz e a sua repercussão em futuros trabalhos de consolidação ou contestação à teoria apresentada.

4.4 - Ilegitimidade e Padrões de Residência: a Distribuição Familiar das Progenitoras em 1839

Como temos vindo a referir Santa Cruz da Graciosa evidenciou-se por elevados níveis de ilegitimidade. Nos quadros 4.7 e 4.8 reagrupamos as mulheres solteiras a viverem com filhos aquando da realização da lista de desobriga de 1839, na freguesia de Santa Cruz.

¹⁰⁰ *Bastardy and its Comparative History. Studies in the History of Illegitimacy and Marital Non-Conformism in Britain, France, Germany, Sweden, North America, Jamaica and Japan*, (org.), Peter Laslett, Karla Oosterveen, Richard Smith, London, Edward Arnold, (Publishers) LTD, 1980.

Quadro 4.7 - Estrutura Familiar das 39 Mulheres Solteiras a Viverem com Filhos, da Freguesia de Santa Cruz (Rol da Vila de 1839), segundo a Tipologia de Cambridge (Laslett).

Vila	Nº Mulheres 39	Valores em Percentagens	Possíveis Agregados	Laslett
Com os Pais	12	30,77%	Pai, mãe ou pai e mãe + filho(s)	Alargamento descendente 4b
Sozinhas	16	41,03%	Mãe + filho(s)	Solteiras com filhos 3e
Com filhos e netos	1	2,56%	Mãe + filho(s) + Neto(s)	Alargamento descendente 4b
Com irmã e filhos	2	5,13%	Mãe + irmã + filho(s)	Alargamento colateral 4c
Com o filho, nora, neto e criado	1	2,56%	Mãe + filho(s) + nora + neto + criado	Alargamento descendente 4b
Com filhos e genro	1	2,56%	Mãe + filho(s) + genro	Solteira com filhos 3e
Com filhos e assistente	2	5,13%	Mãe + filho(s) + assistente	Solteira com filhos 3e
Com uma filha e netos	4	10,26%	Mãe + filho(s) + neto(s)	Alargamento descendente 4b

O quadro 4.7 corresponde às 39 mulheres identificadas no rol da vila e a sua estrutura familiar é-nos apresentada segundo a tipologia de Cambridge. O quadro 4.8 diz respeito às 30 mulheres existentes no rol “dos campos”, agrupadas segundo a mesma tipologia. Um dos principais objectivos deste estudo assenta no conhecimento do tipo de acolhimento familiar proporcionado à maternidade fora do casamento. Assim, da análise do quadro 4.7 resulta o número de mulheres solteiras com filhos que vivem sozinhas 41,0%, isto é, das 39 mulheres, 16 estão sozinhas, bem como o número de mulheres que vive com os pais 30%, correspondendo a 12 mulheres de um total de 39. Relativamente ao quadro 4.8, na nossa observação confirma-se que, tal como expresso no quadro 4.7, a maior parte destas mulheres vive sozinha: de 30 observações, 17 vivem sozinhas (56,7%) e também de forma idêntica ao quadro 4.7, 9 em 30 mulheres, correspondendo a 30,0% reside com os pais. Da comparação da zona urbana (quadro 4.7) com o termo rural (quadro 4.8), numa primeira leitura, retiramos algumas ilações. Em primeiro lugar não existe uma diferenciação muito marcada entre as duas zonas. Por um lado, o facto da maior parte destas mulheres residirem sozinhas poderá traduzir uma certa instabilidade familiar, pois não existe um enquadramento familiar pleno. Por outro lado, como a segunda maior percentagem destas mulheres

reside com os pais, indica a existência de uma certa solidariedade familiar, revelando assim, alguma aceitação em relação à bastardia. No entanto, é importante considerar as idades destas mães. Assim, as que vivem sozinhas têm idades mais elevadas (a idade média do rol “dos campos” é 40,25 e a idade média do rol da vila é 40,53), do que as que vivem com os pais (a idade média do rol “dos campos” é 34,83 e a idade média do rol da vila é 38,25), o que poderá justificar esta situação. Isto é, as mães que obedecem a um perfil etário mais jovem residem com os pais e quando vivem sozinhas têm idades mais elevadas, revelando talvez (embora no geral, todas elas, serem idades médias muito elevadas), alguma emancipação relativamente aos progenitores, apesar de não terem conseguido mudar o seu estatuto celibatário e as mais jovens confirmam a aparente aceitação da bastardia. Perante esta análise comparativa, dificilmente se retiram conclusões seguras, uma vez que, de novo, a amostra é reduzida, mas, pensamos, suficientemente fiável uma vez que serve o propósito primeiro desta investigação.

Quadro 4.8 - Estrutura Familiar das 30 Mulheres Solteiras a Viverem com Filhos, da Freguesia de Santa Cruz (Rol “dos Campos” de 1839), segundo a Tipologia de Cambridge (Laslett).

Campo	Nº Mulheres 30	Valores em Percentagens	Possíveis Agregados	<u>Laslett</u>
Com os Pais	9	30,00%	Pai, mãe ou pai e mãe + <u>filho(s)</u>	Alargamento descendente 4b
Sozinhas	17	56,67%	Mãe + <u>filho(s)</u>	Solteiras com filhos 3e
Sozinha com filho e exposto	1	3,33%	Mãe + filho	Solteira com filhos 3e
Com irmã e filho(a) e sobrinho(a)	2	6,67%	Mãe + irmã + <u>filho(s)</u> + Sobrinho(s)	Unidade secundária lateral 5c
Com filha e netos	1	3,33%	Mãe + <u>filho(s)</u> + neto(s)	Alargamento descendente 4b

De seguida vamos considerar a configuração dos agregados domésticos segundo a tipologia de Laslett (também conhecida por “tipologia de Cambridge”), pois esta vai auxiliar-nos na compreensão deste fenómeno da ilegitimidade. A proposta

britânica surgiu na década de 1970 e assentava na quantificação dos agregados simples ou alargados. Deste modo, nos simples (ou conjugais) encontramos grupos domésticos originados a partir de um matrimónio (um casal com ou sem filhos) ou (um viúvo/viúva com descendência) e fogos isolados (onde um único indivíduo reside num fogo sem qualquer laço familiar) e ainda os não conjugais (formados por parentes não casados). Nas configurações alargadas surgem as extensas (unidades familiares conjugais com um ou mais filhos) e as múltiplas (estruturas mais complexas, na qual residem duas unidades familiares ligadas entre si pelo sangue ou casamento). O denominado grupo de Cambridge circunscreveu-se sobretudo aos censos britânicos e os resultados indicaram um predomínio da família nuclear, enquanto que a família alargada era relativamente diminuta na Europa Ocidental.¹⁰¹ Algumas críticas têm sido apontadas a esta tipologia, nomeadamente, o facto de esta contemplar apenas a família simples/alargada não tendo em conta as outras possibilidades familiares e também porque se baseia muito na experiência britânica. Para o nosso estudo importa conhecer os resultados encontrados e comentados para algumas ilhas dos Açores, em particular, os da ilha de São Jorge e da Graciosa. Entre 1794-1839 na freguesia da Ribeira Seca (São Jorge), existe uma grande porção de famílias nucleares 65%, enquanto que os agregados isolados não ultrapassam os 6% e os extensos 24%. No que se refere à freguesia de Santa Cruz (Graciosa, em 1839 - zona urbana e rural), existe um contraste entre os dois espaços. Assim, na vila 51% corresponde a fogos nucleares, 22% dizem respeito a famílias isoladas e 11% a não conjugais. Já o termo rural apresenta valores diferentes, o número de famílias nucleares corresponde a 64%, o número de fogos extensos é de 11% e o de isolados é de 15%.¹⁰² O que é importante aqui destacar é que no predomínio da família nuclear, se apontam diferenças entre as duas ilhas, exigindo futuras investigações de forma a desenvolver um pouco mais o seu estudo e a atingir resultados mais seguros. Assim, identificamos no quadro 4.7 (rol da vila), como já anteriormente referimos, que o agregado familiar mais representativo, segundo a tipologia de Laslett é o 3e – mães solteiras (tipo 2) e de seguida surge o 4b –

¹⁰¹ E. A. Hammel e Peter Laslett, "Comparing Household Structure over Time and Between Cultures", in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 16, No. 1, Cambridge University Press, 1974, pp. 73-109, (<http://www.jstor.org/stable/1782229>), accessed: 01/10/2009, 11:59.

¹⁰² Paulo Lopes Matos, *O Nascimento Fora do Matrimónio* [...], pp. 373-379.

alargamento descendente (tipo 3). Ainda em relação ao quadro 4.7 a categoria com mais representatividade a seguir ao agregado – com os pais 30,8% é, – com uma filha e netos 10,26%, ambas segundo a tipologia de Laslett (Alargamento descendente 4b). Os outros três valores distribuem-se entre 1 mulher – 2,5% e 2 mulheres – 5,13%, segundo Laslett (Alargamentos descendentes 4b), 2 mulheres e 1 (Alargamento colateral 4c). No que diz respeito ao quadro 4.8 a categoria mais representada a seguir ao agregado (com os pais) 30,00%, é (com irmã e filho (a) e sobrinho) 6,67%. A primeira, segundo a tipologia de Laslett (Alargamento descendente 4b) e a segunda (Unidade secundária lateral, 5c). Os outros valores distribuem-se apenas com 1 mulher – 3,33%, segundo Laslett, também um (Alargamento descendente 4b). Realce-se ainda e conforme os gráficos 4.4 (rol da vila) e 4.5 (rol “dos campos”) a não existência de mulheres a residirem junto dos companheiros, o que traduzirá, em princípio, a sua permanência no estado celibatário, embora fosse necessário acompanhar o seu percurso ao longo da vida de forma a aferir com certezas sobre esta nossa intuição.

Gráfico 4.4 - Residência das Mulheres com Filhos Ilegítimos (Rol da Vila de 1839)

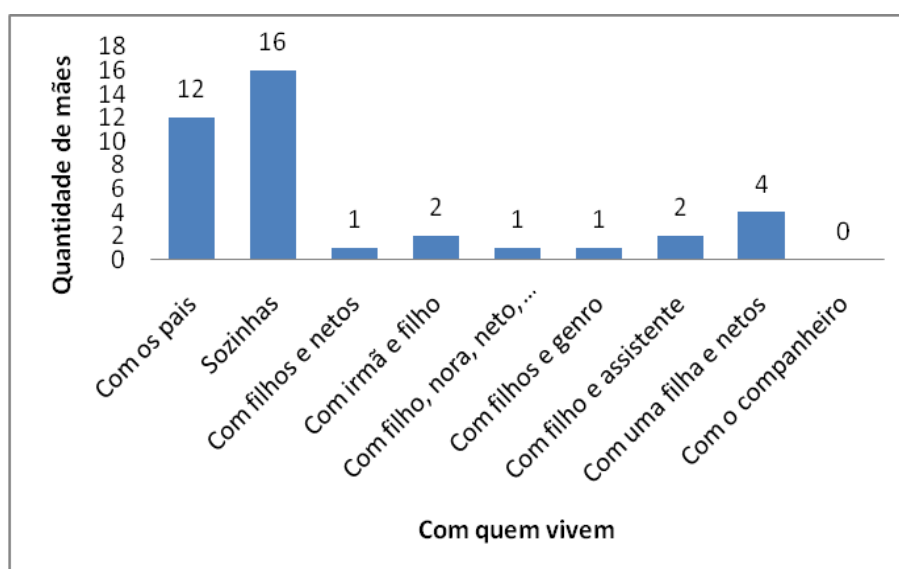
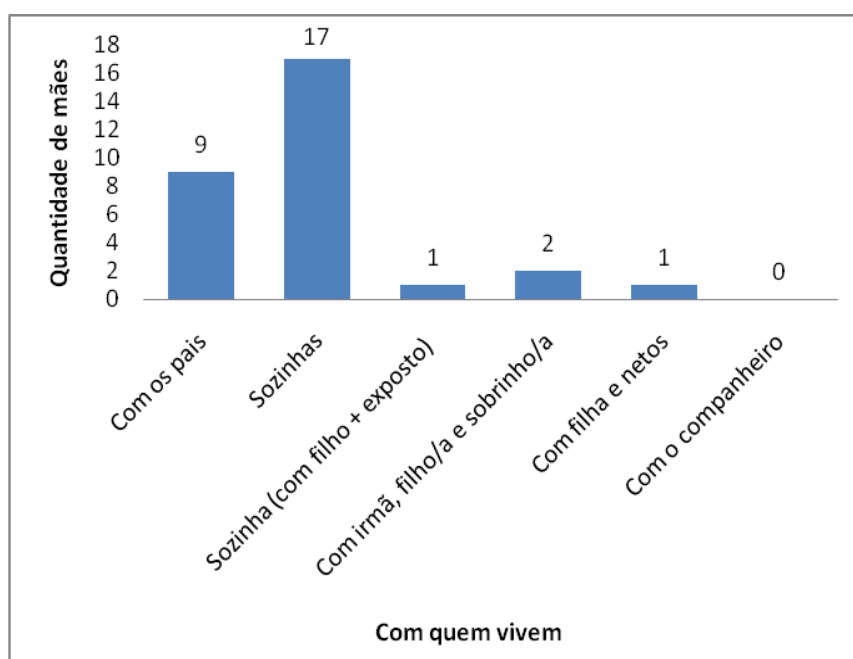


Gráfico 4.5 - Residência das Mulheres com Filhos Ilegítimos (Rol “dos Campos” de 1839)



Desta forma e em termos globais podemos afirmar, embora com alguma cautela, (uma vez que esta amostra apenas contempla 69 mulheres, de um total de 615), que o apoio dado às mães solteiras, isto é, a solidariedade familiar na freguesia de Santa Cruz é pouco sólida. Ainda que, e como vimos anteriormente, seja normal que o apoio dado a estas mães não seja muito consistente, devido, talvez, às idades que estas apresentam. No entanto, esta solidariedade é sinónimo de algum acolhimento à bastardia. Outro dado curioso é que esta aparente pouca protecção familiar apresenta alguma (baixa) diferenciação entre a zona urbana e o termo rural. Na verdade, na zona urbana há um maior número de agregados de alargamento descendente 4b (18 mulheres) e colateral 4c (2 mulheres), num total de 20 mulheres, contra 19 que vivem sozinhas, levando assim, a um maior equilíbrio. Comparando com o termo rural, encontramos 10 mulheres a viverem em alargamento descendente (4b) e duas em unidade secundária lateral (5c), totalizando 12, em 18 mulheres que vivem sozinhas, apenas com os filhos, o que significa que aqui o apoio proporcionado a estas mães é aparentemente menor do que aquele que é prestado na zona urbana. Face aos

números apresentados, pensamos ser pertinente compará-los com os valores encontrados no mesmo ano na freguesia da Ribeira Seca da ilha de São Jorge, que como sabemos também apresenta elevados níveis de ilegitimidade. Nesta freguesia 62,9% dos fogos eram do tipo 3 (Agregados conjugais) e 22,9% eram (Agregados alargados) tipo 4, contrastando com os 10,2% de famílias alargadas existentes em Santa Cruz.¹⁰³

Sendo Ribeira Seca uma freguesia rural, será que estes valores nos indicam que tende a existir uma maior solidariedade familiar nas zonas rurais? Estes dados, vão contra os resultados obtidos no nosso estudo da estrutura familiar das mulheres solteiras com filhos na freguesia de Santa Cruz (da vila e “dos campos”, 1839), pois aqui o apoio às mães parece ser menor no termo rural do que na zona urbana.

4.5 - A Condição Social

Num estudo sobre o nascimento fora do matrimónio é importante reflectir nos vários tipos de ilegitimidade, ou seja, sobre a realidade subjacente ao nascimento “ilegítimo”. Verificam-se várias situações que poderão levar a este comportamento aparentemente “desviante”. Uma delas é a correlação entre o aumento da ilegitimidade e o casamento tardio. Caroline B. Brettel em estudo realizado no Noroeste português (Santa Eulália), definiu uma relação entre a elevada idade média ao casamento e as proporções dos nascimentos ilegítimos.¹⁰⁴ Noutro estudo, de Brian Juan O’Neill, no caso de uma aldeia de Trás-os-Montes (Fontelas), 1870-1978, o investigador recolheu dados sobre o casamento tardio e altas proporções de filhos naturais. Uma das explicações para estes fenómenos seria as relações irregulares entre filhos de proprietários e jornaleiras, dando origem à constituição de fogos monoparentais e uniões de facto. Assim, os elevados índices de ilegitimidade explicavam-se sobretudo, pela existência de um costume específico de heranças

¹⁰³ Paulo Teodoro de Matos, “Santa Cruz [...]”, in *Arquipélago* [...], p. 281.

¹⁰⁴ Caroline B. Brettel, *Homens que Partem, Mulheres que Esperam – Consequências da Emigração Numa Aldeia Minhoto*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, Coleção Portugal de Perto, 1991, p. 233.

(transferência de propriedade).¹⁰⁵ Numa investigação realizada para a Europa Oriental entre 1750-1850 por Edward Shorter, o investigador sugere que o aumento da ilegitimidade era provocado por mudanças nas práticas de namoro e mais liberdade das mulheres devido ao maior ingresso no mundo do trabalho, como consequência da industrialização e urbanização. Para Shorter, foi o aumento da actividade sexual, fruto da emancipação alcançada pelas mulheres, que contribuiu para o incremento da ilegitimidade.¹⁰⁶ Peter Laslett, em estudo publicado em finais de 1970, sobre a ilegitimidade em Inglaterra, (séculos XVII a XVIII), afirmava que a ilegitimidade estava associada à pobreza. Como já aludimos anteriormente, este conceito de uma sub-sociedade propensa à bastardia, assenta na forma como este comportamento era visto pela sociedade. Em Inglaterra era considerado um comportamento “marginal”, até, punido por lei.¹⁰⁷

Pela importância e pioneirismo do estudo de Peter Laslett, é oportuno conhecer o estatuto social das progenitoras de Santa Cruz. Aferimos a condição social destas mulheres através do modo como o seu nome foi redigido no registo de baptismo e no rol de confessados (“Dona” Maria Cândida, “Dona” Antónia, ...) e por vezes, também, pela existência de pessoal doméstico na sua residência. Este é apenas um parâmetro que decidimos adoptar para avaliar a condição social. No entanto, existirão outros critérios passíveis de verificar esta mesma condição. Por isso, podem existir outras mulheres com estatuto social elevado, mas que não foram apelidadas por “Donas”. Como veremos adiante, os resultados encontrados neste estudo ao serem contextualizados com a tese de Peter Laslett obrigam-nos a uma reflexão, uma reanálise crítica. Assim, algumas questões se impõem: a ilegitimidade é um comportamento transversal a toda a sociedade? Estará ligada a comportamentos “marginais”?

Da análise da condição social destas mães solteiras destaque-se o facto de em 615 mães só 21 serem “Donas”, isto é, apenas 3%, aparentemente, possuem um estatuto social mais elevado.

¹⁰⁵ Brian Juan O’Neill, *Proprietários* [...], pp. 380-381.

¹⁰⁶ Edward Shorter, *A Formação da Família* [...], pp. 89-131.

¹⁰⁷ *Bastardy and its Comparative History*. [...], pp. 219-239.

Pelo cruzamento das duas fontes, registos de baptismo e róis de confessados temos a certeza da existência de 4 mães que são identificadas como “Donas”. Apesar da pouca informação de que dispomos, de seguida iremos tentar conhecer o percurso de vida destas mulheres. Iniciando pelo rol “dos campos”, surge-nos Juliana que em 1839, tem 49 anos e encontra-se a habitar o fogo 162. Vive sozinha, nos “Abades” com a filha Maria de 4 anos, nascida em 1835. No cruzamento deste rol com o registo de baptismo, encontramos-a com o nome de Juliana Teles de Bettencourt, o seu estatuto social é anunciado através da utilização do substantivo “Dona”, porém não sabemos quem são os seus progenitores. A filha Maria surge com a data de nascimento de 02/07/1834 e de baptismo de 20/07/1834 e o local de baptismo “Aos Abades”.

Da análise destas duas fontes, alguns pormenores nos ressaltam a atenção. Em primeiro lugar o nome desta mãe não ser exactamente igual nos dois documentos. No registo de baptismo surge com o apelido, situação que na época não era muito vulgar, sendo utilizado, talvez, nos extractos sociais mais elevados. De seguida, há uma pequena diferença no ano de nascimento da filha. O local da residência em 1834 era “Aos Abades” (registo de baptismo) e 5 anos depois continua a ser “Abades” (rol de confessados), o que em princípio prova, que esta mulher residiu sempre no mesmo local. Assunto curioso é a existência de um averbamento no registo de baptismo, datado de 9 de Junho de 1849, 15 anos depois do nascimento de Maria e 10 anos depois do rol de confessados, em que se dá conhecimento que Maria é filha de Domingos da Cunha e Vasconcelos, casado com Dona Juliana. Por requerimento dos ditos e por despacho do reverendo ouvidor, Maria é reconhecida como filha legítima dos sobreditos. Esta informação, em primeiro lugar, retira esta mãe do seu estatuto de solteira “para sempre”, pois apesar de tardiamente, embora não saibamos quando, pois não tivemos acesso ao registo de casamento, casa com o pai da sua filha e os dois assumem a procriação de Maria 15 anos depois do seu nascimento. Ainda no rol “dos campos” conhecemos Maria, 52 anos, que reside no fogo 186, sozinha com a filha Ana, nascida em 1821, agora com 18 anos. Vivem “Das Figueiras à vila”. No cruzamento com o registo de baptismo, encontramos Maria, agora, Dona Maria Felicia de Bettencourt, com uma filha chamada Ana nascida em 28/08/1821 e baptizada em 09/09/1821 no “Arrabalde”. No registo conhecemos também o nome de seus pais, Domingos e Dona

Bernarda de Bettencourt. Das poucas informações obtidas, resta-nos sublinhar a diferença de nome com que é identificada no rol (Maria) e no registo onde assume o seu nome com o apelido e onde o seu estatuto social é demonstrado (Dona Maria Felicia de Bettencourt). Outra diferença registada, entre as duas fontes, é o local de residência. No registo é o “Arrabalde” e 19 anos depois no rol é “Das Figueiras à vila”. Através do nosso estudo, não conseguimos saber se esta mãe teve mais filhos, sobretudo entre os 34 anos, idade em que foi mãe de Ana, até ao final da sua idade fértil. Também não nos é possível saber se morreu solteira.

No que diz respeito à zona urbana, encontramos Maria Cândida, 39 anos, que reside no fogo 95, na Rua do Paul, com a filha Maria Carolina, de 16 anos, portanto nascida em 1823. No cruzamento com o registo de baptismo, Maria Cândida é identificada de forma idêntica, com uma filha de nome Maria, nascida em 15/05/1824 e baptizada em 20/05/1824 na Rua do Paul. Os seus progenitores estão identificados, António de Sousa de Bettencourt, falecido, e Dona Rosa Feliciano Geraldina de Bettencourt. Da análise comparativa entre as duas fontes, verifica-se que a identificação desta mãe é idêntica no registo de baptismo e no rol de confessados, assim como o local de residência também é igual. Detalhe interessante é a informação da profissão do pai desta mãe solteira, António de Sousa de Bettencourt era “Ajudante” e o facto desta mãe no registo não ser identificada como “Dona”. Através do rol de confessados temos conhecimento que Maria Cândida vive com a filha e com uma criada, Maria de 13 anos. De Maria Cândida, dizemos que foi mãe de Maria relativamente cedo, aos 23 anos, não sabemos se entre 1824 data de nascimento de Maria e 1839, data do rol de confessados, teve outros filhos ou depois de 1839, pelo menos durante mais 10 anos, limite da sua idade fértil. Tudo leva a crer que durante 15 anos não mudou de local de residência pois em 1824, data do nascimento da filha e em 1839, data do rol de confessados reside na mesma rua. Da nossa análise, não nos é possível saber se Maria Cândida casou ou se morreu celibatária. O conhecimento da existência de uma criada no seu fogo de residência, vem acrescentar certezas ao seu estatuto social, pois em princípio, sobretudo na zona urbana, o pessoal doméstico indicava que a condição económica da casa era favorecida. Também no rol da vila, Antónia Gil, 80 anos, moradora na “Rua das Covas”, no fogo 153, vive com o filho

Manuel Correia de Melo. Nascido em 1800, 39 anos. Ao cruzarmos o rol de confessados com o registo de baptismo, encontramos Antónia Gil, agora, Antónia Maria que é mãe de Manuel nascido em 27/02/1800 e baptizado em 07/03/1800 nas “Figueiras” (termo desta vila). No registo não conhecemos o nome dos seus progenitores. A idade de Antónia Maria ou Antónia Gil ao tempo do rol de confessados – 1839 – é de 80 anos, indicando, assim, que dificilmente iria mudar de estatuto civil, morreria solteira. Não sabemos se antes de 1800, data do nascimento de Manuel, ou depois, até ao seu limite de idade fértil foi mãe. Do que temos conhecimento, é que esta maternidade foi tardia, 41 anos. No registo de baptismo não é reconhecida enquanto “Dona” e como já referimos, não sabemos quem são os seus progenitores, o que pela sua idade, é compreensível pois possivelmente ambos já tinham falecido. Realce-se ainda a particularidade do agregado familiar desta mãe, que não vive apenas com o filho, mas sim com a nora, neto e um criado, contrariamente a todos os outros exemplos de “Donas” que analisamos, que eram mulheres solteiras que viviam apenas com os filhos, e por vezes com pessoal doméstico.

De um modo geral e sintetizando esta breve análise a algumas mães solteiras cujo estatuto social era mais elevado, podemos afirmar que invariavelmente a sua identificação era sempre distinta, variando de uma fonte para a outra, atestando a falta de rigor que existia na redacção destes documentos. O não uso do apelido, nos seus nomes, embora, nas mulheres de estatuto superior essa questão não se pusesse com tanta frequência é outra dificuldade que encontramos. Uma particularidade destes documentos é a falta de precisão nas datas apresentadas, nascimentos, baptismos, bem como o facto, dos registos não apresentarem a mesma informação, variando de redactor para redactor, de ano para ano. A omissão do nome dos progenitores das mães e ausência de informação das suas profissões, dificultou-nos o conhecimento de determinadas referências, como por exemplo, a condição social e, sobretudo, não facilitou a obtenção de dados mais concretos na investigação da vida destas mulheres. Se, como referimos de início, em 615 mães, apenas 3% apresenta um estatuto social mais elevado, pensamos que podemos afirmar que o desfavorecimento económico é o que está mais patente nesta condição de maternidade fora do casamento. Depreendemos que a maior parte destas mulheres possui poucos recursos

económicos, embora seja difícil aferir com certezas, pois a informação que obtivemos é muito escassa. É necessário haver cruzamento com outras fontes para obter resultados mais fiáveis. Ainda assim, é seguro frisar que a ilegitimidade se associava ao desfavorecimento, mas não podemos deixar de referir a existência de algumas famílias de elite na reprodução celibatária. Numa escala muito reduzida, os 3% de mães com condição social elevada, são o reflexo de uma realidade pouco conhecida, mas que não nos permite olvidá-la, obrigando-nos a ambicionar desenvolver um pouco mais, no futuro, esta investigação.

Numa tentativa de dar resposta às questões colocadas no início desta abordagem (ponto 4.5), a ilegitimidade, aparentemente, parece ser transversal a toda a sociedade, pois não são só as classes mais desfavorecidas, a pobreza, que está associada à ilegitimidade. Embora seja uma percentagem muito baixa, é uma realidade que não pode ser ignorada. Relativamente à ilegitimidade enquanto comportamento “marginal”, não nos parece que seja essa a condição na freguesia de Santa Cruz, pois concluímos que existia alguma solidariedade familiar no apoio a estas mães. Aqui, aparentemente havia uma certa aceitação perante a bastardia. Assim, pensamos ser forçado classificar estas mães como uma sub-sociedade propícia à bastardia. Como constatamos ao longo da nossa investigação, parecem existir outras justificações para um tão grande número de ilegítimos.

4.6 - O Abandono de Crianças na Ilha Graciosa

A prática do abandono de crianças, começa a assumir uma relevância demográfica crescente a partir do século XVIII, como consequência do forte surto urbano e demográfico da Europa Ocidental. A roda de expostos foi generalizada enquanto instituição que amenizava as misérias dos casais ou preservava a honra familiar. A temática da exposição de crianças associada à ilegitimidade tem vindo a ser estudada em Portugal por vários investigadores, destacando-se Isabel Guimarães Sá, que desde os anos 80 publicou vários estudos, sempre, numa perspectiva de sistematização do que se tem vindo a fazer e do que ainda interessa desenvolver a

nível de Portugal, e até, dos territórios ultramarinos. Noutro estudo, recorrendo-se sobretudo de fontes jurídicas, traçou o retrato deste fenómeno em Portugal.¹⁰⁸

No caso dos Açores, Susana Serpa Silva e Paulo Lopes Matos na *História dos Açores – Do Descobrimento ao Século XX*, elaboraram um capítulo sobre as “Oscilações populacionais, grupos e comportamentos sociais”, onde desenvolvem um estudo sobre “o nascimento fora do matrimónio e o abandono de crianças no contexto insular”. Aqui, é-nos dada uma panorâmica geral sobre a exposição de crianças durante o período Liberal e até finais do século XIX, em torno das principais rodas de Ponta Delgada, Angra e Horta. Apresenta-se um estudo sobre a percentagem de expostos face aos nascimentos em todo o arquipélago no período de 1849-1867, bem como uma breve resenha sobre este comportamento “desviante”, desde a implementação das rodas até à sua extinção e consequente criação dos hospícios de expostos.¹⁰⁹ Ainda para os Açores, mas noutra investigação, Paulo Teodoro de Matos, refere-se ao tema do abandono de crianças num estudo do concelho de Velas, ilha de São Jorge. Apesar da pouca qualidade das fontes, alcançou resultados muito interessantes, semelhantes até, aos ocorridos na ilha Graciosa, em igual período (ao longo do século XIX, conheceram-se elevados valores de ilegitimidade, mas escassa exposição face ao total de nascimentos).¹¹⁰ Mais recentemente, Teodoro Afonso da Fonte, através de um estudo comparado do distrito de Viana do Castelo com o distrito da Horta, procurou aferir sobre as causas do abandono de crianças e as medidas adoptadas para minimizar ou solucionar o problema em cada um dos distritos. Numa altura, em que a exposição de crianças tinha atingido a sua máxima expressão (século XIX), o investigador utilizou como fonte os relatórios anuais dos Governos Civis, para assim concluir que embora os dois espaços geográficos sejam bastante diferenciados,

¹⁰⁸ Isabel de Guimarães Sá, “Prefácio – Abandono de Crianças, identidade e lotaria: reflexos em torno de um inventário”, in *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, 1998, pp. 9-22.

¹⁰⁹ Paulo Lopes Matos e Susana Serpa Silva, “Oscilações populacionais, grupos e comportamentos sociais”, in *História dos Açores: [...]*, pp. 115-119.

¹¹⁰ Paulo Lopes Matos, “Os Expostos do concelho das Velas (1806-1874): Contributo para o seu estudo”, in *O Faial [...]*, p. 9.

as soluções encontradas foram idênticas. Em ambos os casos, as respostas dadas ao problema foram determinadas, por questões sociais, económicas e institucionais.¹¹¹

A roda de expostos foi introduzida no Sul da Europa no século XVIII, com o objectivo de ocultar a paternidade dos expositores. Já no Norte da Europa, nomeadamente em Inglaterra, as mães solteiras eram punidas pela justiça o que conduzia a um limitado abandono de crianças.¹¹² Em Portugal a partir das últimas décadas do século XVIII, em consequência da lei de Pina Manique de 1783, o Estado, através da instituição das rodas passou a demonstrar uma maior tolerância e protecção a estas crianças enjeitadas. A lei de 1783 tinha como objectivo estabelecer uma rede concelhia de casas de acolhimento de crianças abandonadas.¹¹³

Nas primeiras rodas existentes no arquipélago dos Açores, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, durante todo o período liberal e até finais do século XIX, vários milhares de crianças foram expostas. Quase todas as sedes de concelho dispunham de rodas que até às reformas de 1855 estavam sob a dependência das administrações municipais. Mais tarde e progressivamente foram ficando afectas às Juntas Gerais dos distritos.¹¹⁴

O nosso estudo não contemplou o levantamento de dados sobre o número de expostos na ilha Graciosa, mas conforme análise de Paulo Lopes Matos e Susana Serpa Silva, no arquipélago dos Açores eram as ilhas com maior número de ilegítimos, São Jorge e Graciosa, que tinham um menor número de expostos, assim como o Pico. Santa Maria, Terceira e Faial apresentavam um certo equilíbrio entre a ilegitimidade e a exposição. São Miguel demonstrava um índice baixo de nascimentos, valor este que se opunha ao elevado número de expostos.¹¹⁵ Com a criação de distritos, as rodas

¹¹¹ Teodoro Afonso da Fonte, “Comportamentos Demográficos e Políticas Sociais em Contextos Geográficos Diferenciados. O problema da exposição de crianças nos distritos da Horta e de Viana no século XIX”, in *A Demografia das Sociedades* [...], pp. 275-295.

¹¹² Paulo Lopes Matos e Susana Serpa Silva, “Oscilações populacionais, [...]”, in *História dos Açores*: [...], p. 117.

¹¹³ António Amaro das Neves, *Filhos das Ervas: A Ilegitimidade no Norte de Guimarães (Séculos XVI-XVIII)*, Guimarães, Núcleo de Estudos da População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2001, p. 94.

¹¹⁴ Paulo Lopes Matos e Susana Serpa Silva, *op. cit.*, p. 117.

¹¹⁵ cf., *idem*, *op. cit.*, p. 118.

ficavam subordinadas ao governador que regulava o seu funcionamento e financiamento. Na ilha Graciosa (Santa Cruz) existia um círculo.

Para a análise da ilegitimidade é indispensável conhecermos os valores atribuídos aos expostos uma vez que estes eram, possivelmente, na sua maioria filhos ilegítimos. Deste modo, através do artigo “A população da ilha Graciosa, 1800 – 1900, subsídios para o seu estudo”, sabemos que até 1850 a percentagem de crianças expostas variou entre 1,0% na década de 1810 e 2,1% entre 1800 e 1809. De 1849 a 1850 a percentagem de expostos era de apenas 0,8%, comparando com a Terceira, esta ultrapassava 12%, São Miguel 10% e São Jorge 7%. Já para a segunda metade do século, 1856-57, 1860-61, 1861-62, 1863-64, os registos continuam a demonstrar baixas percentagens, cerca de 4%.¹¹⁶

O fenómeno de abandono de crianças dificulta o estudo de alguns factores demográficos como é o caso da fecundidade, pois conduz-nos a uma maior incerteza que passa sobretudo pelo não conhecimento da origem destas crianças. Ainda assim, e tendo consciência que o tema carece de mais investigação, este número tão reduzido de expostos na ilha Graciosa, mostra-nos que estamos perante uma sociedade que, aparentemente, tem um nível alto de aceitação da bastardia, ocasionando uma menor necessidade de recorrer à roda. Salientamos, contudo, a necessidade do cruzamento de vários acervos de forma a salvaguardar os resultados aferidos.

¹¹⁶ Paulo Teodoro de Matos e Tiago Silva, “A população da ilha Graciosa [...]”, *O Faial* [...], p. 25.

CONCLUSÕES

Nos estudos demográficos do Antigo Regime e do século XIX, na Europa, especialmente nas populações de cariz rural, quase não havia filhos ilegítimos, os seus valores eram muito irrelevantes. No entanto, certos estudos comprovam a existência de algumas excepções. Numa investigação sobre o Norte da Escócia (1750-1900), Andrew Blaikie, alcançou resultados que contradizem a teoria anterior. Encontrou níveis de ilegitimidade superior a 15% durante todo o século XIX, em meio urbano e rural. Também Edward Shorter em estudos produzidos em relação à Europa Oriental, no período de 1750-1850, verificou um aumento da ilegitimidade, considerando-o, um dos fenómenos centrais da história demográfica moderna.

No que diz respeito à realidade do arquipélago dos Açores, em particular a ilha Graciosa, (objecto do nosso estudo), os números conhecidos permitem-nos falar de um quadro aparentemente diferente em relação à maior parte da Europa. Por isso, tomamos a decisão de o estudar.

Assim, e para podermos levar a cabo esta investigação tivemos necessidade de conhecer em profundidade o tema da ilegitimidade, em estudos realizados sobre a Europa e sobre Portugal, nomeadamente os Açores. Foi igualmente importante, o estudo da Demografia Histórica em Portugal e mais concretamente no arquipélago dos Açores. Com o objectivo de tentar explicar este fenómeno demográfico e social foi indispensável conhecer a “Terra e as Gentes” desta ilha, bem assim como a sua geografia física e humana, especialmente a demografia e a economia.

Os quatro capítulos desta dissertação reportaram-nos à ideia central do nosso tema de estudo: o nascimento fora do casamento na freguesia de Santa Cruz – Graciosa, Açores 1790 – 1840, contextualizando-o, contribuindo cada um deles para o entendimento deste fenómeno. Também as fontes utilizadas, essencialmente, os registos de baptismo e rol de confessados (em rigor, uma lista nominativa dos habitantes) e o confronto entre as duas, permitiu-nos uma aproximação mais segura a uma realidade que só por si é complexa, mas que a Demografia Histórica, acabou por

nos auxiliar, significando, não apenas uma ciência estatística, mas sobretudo um instrumento insubstituível para o conhecimento de mentalidades e comportamentos.

Deste modo, e em função da apresentação dos resultados e da sua discussão, pensamos poder afirmar que de alguma forma contribuímos para o conhecimento do fenómeno da ilegitimidade na freguesia de Santa Cruz, ilha Graciosa. Não obstante nos encontrarmos em presença de um pequeno volume de dados (50 anos), estes parecem-nos de alguma qualidade e conduziram-nos à formulação de alguns resultados que obviamente reclamam análises mais profundas e detalhadas, mas que também poderão ser encarados como ponto de partida de novas e mais enriquecedoras investigações. Portanto, pensamos ter acrescentado valor ao tema abordado, ter construído uma argumentação própria, com pontos positivos em relação aos outros estudos semelhantes, mas deixando, obviamente, abertura para outros trabalhos.

Importa agora sistematizar o que observamos e o que discutimos, consolidando as ideias, mostrando que os objectivos propostos foram atingidos.

Valor inquestionável é o número de mães solteiras com filhos fora do matrimónio, entre 1790 e 1840, 615 em 650, quer isto dizer que 94,62% destas mães eram solteiras, indo ao encontro dos poucos estudos que já existiam e que evidenciavam esta realidade nos Açores, em particular, nas ilhas de São Jorge e Graciosa. Outro facto é que a maior parte destas mães era natural da vila de Santa Cruz, sendo as restantes oriundas principalmente das freguesias vizinhas, apontando, assim, a existência de alguma mobilidade. No que diz respeito à idade média ao nascimento do primeiro filho e embora o número em análise seja limitado, os resultados foram um pouco surpreendentes (27, 41 anos – zona urbana, 27,04 anos – termo rural), pois revelam uma idade tardia. Esta interpretação tem em conta o facto de estarmos em presença de uma comunidade de uma ilha periférica e profundamente católica de finais do século XVIII e inícios do século XIX e também porque estamos diante uma população de um modo geral jovem. Outro resultado pouco expectável é o valor respeitante à reincidência da maternidade, pois em 615 mães, apenas 147 reincidiram na maternidade. Estes 24%, apenas geraram um total de

396 filhos – a reincidência correspondeu a um número reduzido de filhos -, significando que na maternidade não houve aparentemente uma persistência na reprodução ilegítima. Outro elemento importante, relacionado com a reincidência é que em 615 mães solteiras, apenas 54 eram filhas de mulheres também solteiras. Estes dados/resultados vão contra a teoria de Peter Laslett que afirmava que o aumento da ilegitimidade não se devia ao incremento do número de mães solteiras, mas à sua reincidência. Através de uma leitura que partiu da distribuição familiar das progenitoras em 1839 (ano do rol de confessados a que tivemos acesso), segundo a classificação de Peter Laslett, concluímos que não existiam mães a residirem com os companheiros, traduzindo, em princípio, a sua permanência no estado celibatário. Como a maior parte vivia sozinha isso apontaria para alguma instabilidade familiar pois não existia um enquadramento pleno, no entanto, a segunda maior percentagem destas mulheres, residia com os pais, o que traduzia alguma solidariedade, revelando uma certa aceitação em relação à bastardia. Esta pouca protecção familiar também era ligeiramente diferente na zona urbana e no termo rural. Na zona primeira o apoio era maior e no termo rural era menos significativo. Todos estes resultados devem ser analisados com alguma cautela, uma vez que a nossa amostra representa apenas 69 mulheres de um total de 615. Outra verdade irrefutável diz respeito aos grupos sociais. Em 615 mães, apenas 21 possuíam um estatuto social elevado, levando-nos a concluir que o desfavorecimento económico é o que estava, aparentemente, mais patente nesta condição de maternidade fora do casamento. Mas os 3% de “Donas” (mães com uma condição social mais elevada), não podem ser esquecidos pois reflectem uma realidade que não é tão conhecida, exigindo assim, novas pesquisas e o estudo de percursos de vida. Na tentativa de desvendar um pouco as vidas destas “Donas” e de conhecer esta realidade, inferimos na construção das suas histórias de vida, através do cruzamento das duas fontes utilizadas e os resultados foram bastante curiosos e enriquecedores. Inclusivamente, tivemos conhecimento (através do averbamento de um registo), de que uma destas crianças foi mais tarde legitimada através do casamento da mãe com o homem (o pai) que assumiu a sua paternidade. Outro dado singular, são os baixos níveis de expostos existentes na ilha Graciosa, como comprovam alguns estudos já realizados. Num universo onde os níveis de ilegitimidade eram muito elevados, chegamos à conclusão que a bastardia seria, aparentemente,

bem aceite pela comunidade/família, o que levaria a uma menor necessidade de recorrer à roda.

Deste modo e em jeito de conclusão, os resultados apresentados, com as devidas ressalvas, obrigam-nos a algumas interrogações que por seu turno apenas indicarão que o nosso estudo não se esgota aqui. Requerem-se mais investigações de forma a consolidar as nossas conclusões.

Do exposto deve ficar clara (em função da documentação e metodologia utilizada) uma ideia nuclear: a população da ilha Graciosa apresentava um desequilíbrio ocasionado, antes de mais por um elevado celibato definitivo e idade tardia ao casamento. Na verdade, desde meados do século XVIII que em Santa Cruz se denotaram grandes saídas de elementos masculinos, sendo a emigração, provavelmente, uma das explicações para tão elevados níveis de ilegitimidade. Esta escassez de homens, consequência da emigração, originaria uma dificuldade cada vez maior no acesso ao casamento, levando a aumentar a idade média ao primeiro casamento e até, em última análise, ao celibato.

Pensamos ser esta uma das chaves para o entendimento deste fenómeno que deve ser enquadrado nos seus contextos sociais, económicos, ambientais e nas suas componentes geográficas e demográficas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo

Fundo Registos Paroquiais – Secção Graciosa

Registos paroquiais (Baptismos: Livros nº 8, 1787-1796; nº 9, 1796-1805; nº 10, 1805-1814; nº 11, 1814-1822; nº 12, 1822-1834; nº 13, 1834-1840) da ilha Graciosa dos Açores, 1790-1840

Nota: estes registos encontram-se disponíveis no Centro de Conhecimento dos Açores através [do link](http://www.culturacores.azores.gov.pt/ig/registos/?serie=0&ilha=7&concelho=25)
<http://www.culturacores.azores.gov.pt/ig/registos/?serie=0&ilha=7&concelho=25>

Fundo da Capitania-Geral dos Açores, População, Maço 5

Rol da vila de Santa Cruz - cópia autentica extraída fielmente do rol da confissão da Parochia de Santa Cruz da ilha Graciosa do anno de 1839 para cumprimento da circular nº 59 datada de 26 de Abril da era supra, cuja vai na folha seguinte” e “Rol dos campos da Parochia de Santa Cruz.”

Biblioteca Nacional de Portugal, “Mappa da população e fogos das ilhas dos Açores, por freguesias, ilhas e comarcas, com a cópia das cartas marítimas das ditas ilhas”, pelos officiais academicos do batalhão de linha da cidade de Angra, António Homem da Costa Noronha e Luiz de Barcellos Merens, em 7 de Março de 1824, D. 160R, <http://purl.pt/22590/2/>, acedido em 21/09/2015, às 10h32m.

Fontes Impressas

- Gerais

CHAGAS, Frei Diogo, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, direcção e prefácio de Artur Teodoro de Matos, colaboração de Avelino de Freitas Meneses e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Ponta Delgada, Secretaria Regional da Educação e Cultura – Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuoso da Universidade dos Açores, 1989.

COSTA, Félix José da, *Memoria Estatística e Histórica da Ilha Graciosa*, Angra do Heroísmo, Imprensa de Joaquim José Soares, 1845.

FRUTUOSO, Gaspar, *Livro Sexto das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1963.

MONIZ, António Borges do Canto, *Ilha Graciosa (Açores): Descrição Historica e Topographica*, II edição, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, Imprensa da Junta Geral, 1981.

- Demográfica

Séries Estatísticas, capítulo 2 – “Demografia”, in Serviço Regional de Estatística dos Açores <http://estatistica.azores.gov.pt/upl/%7Bf438402c-de83-486f-ba8c-c7ea3120451a%7D.pdf>,
http://estatistica.azores.gov.pt/Conteudos/Relatorios/lista_relatorios.aspx?idc=392&idsc=1566, acedido em 15/06/2015.

- Iconográfica

Biblioteca Nacional do Brasil, Mapa da Ilha Graciosa, (anterior a 1800), Autor Desconhecido, in "Mappas do Reino de Portugal e suas Conquistas", Colegido por Diogo Barbosa Machado, CDD 912.4699, <http://bdlb.bn.br/acervo/handle/123456789/33128>, acedido em 26/10/2015, às 13h45m.

Estudos

A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas – Séculos XV a XXI, coordenação de Carlota Santos e Paulo Teodoro de Matos, Braga, Centro de Investigação Transdisciplinar, “Cultura, Espaço e Memória”, 2013.

Bastardy and its Comparative History. Studies in the History of Illegitimacy and Marital Non-Conformism in Britain, France, Germany, Sweden, North America, Jamaica and Japan, (org.), Peter Laslett, Karla Oosterveen, Richard Smith, London, Edward Arnold, (Publishers) LTD, 1980.

AMORIM, Maria Norberta, *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo Demográfico*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987

_____, “História das Populações Açorianas através de Metodologias de Demografia Histórica – uma História de Ambição”, in *A Demografia das Sociedades Insulares*

Portuguesas – Séculos XV a XXI, coordenação de Carlota Santos e Paulo Teodoro de Matos, Braga, Centro de Investigação Transdisciplinar, “Cultura, Espaço e Memória”, 2013.

_____; DURÃES, Margarida; FERREIRA, João Antero Gonçalves, " Bases de dados genealógicas e História da Família em Portugal. Análises comparativas (do Antigo Regime à Contemporaneidade)", in *La Historia de la familia en la Península Ibérica (ss. XVI-XIX). Balance y Perspectivas*. Homenaje a Peter Laslett, Comunicação apresentada na reunião científica realizada na Faculdade de Humanidades da Universidade de Castilla - La Mancha, Albacete, 2003.

BRANDÃO, Maria de Fátima S., *Terra Herança e Família no Noroeste de Portugal: O Caso do Mosteiro no Século XIX*, Porto, Afrontamento, 1994.

BRANDÃO, Raul, *As Ilhas Desconhecidas – Notas e Paisagens*, Lisboa, Quetzal Editores, 2011.

BRETTEL, Caroline, *Homens que Partem, Mulheres que Esperam – Consequências da Emigração Numa Aldeia Minhota*, Coleção Portugal de Perto, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991.

CABRAL, João de Pina, *Filhos de Adão, Filhas de Eva – A Visão do Mundo Camponesa do Alto Minho*, Coleção Portugal de Perto, Lisboa, Dom Quixote, 1989.

CARITA, Rui, “O descobrimento dos Açores”, in *História dos Açores: do Descobrimento ao Século XX*, Vol. I, direcção de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas Meneses, José Guilherme Reis, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

CHAUNU, Pierre, *Histoire: Science Sociale*, Paris, S. E. D. E. S., 1974.

CORDEIRO, Pe. António, *História Insulana das Ilhas a Portugal Sujeitas no Oceano Occidental*, II volume, 2ª edição, Lisboa, 1866.

FERREIRA, António de Brum, *A Ilha Graciosa*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1968.

FONTE, Teodoro Afonso da, “Comportamentos demográficos e políticas sociais em contextos geográficos diferenciados. O problema da exposição de crianças nos distritos da Horta e de Viana no século XIX”, in *A Demografia das Sociedades Insulares Portuguesas. Séculos XV a XXI*, coordenação de Carlota Santos e Paulo Teodoro de Matos, Braga, Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», 2013.

GOOGY, Jack, *Família e Casamento na Europa*, Coleção O Passado no Presente, Oeiras, Celta, 1995 (ed. original inglesa de 1983).

HAMMEL, E. A.; LASLETT, Peter, “Comparing Household Structure over Time and Between Cultures”, in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 16, No. 1, Cambridge University Press, 1974, pp. 73-109, <http://www.jstor.org/stable/178229>.

LASLETT, Peter, *Family Life and Illicit Love in Earlier Generations*, London, Cambridge University Press, 1977.

LEITE, José Guilherme Reis, “Graciosa (ilha)”, Enciclopédia Açoriana, www.culturacores.azores.gov.pt/ea/.

MACHADO, Margarida Vaz do Rego, “A incessante procura de viabilidade económica e o contributo dos particulares”, in *História dos Açores: do Descobrimento ao Século XX*, Vol. I, direcção de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses, José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

MADEIRA, Artur Boavida, “As Fontes Demográficas do Antigo Regime nos Açores”, in *Arquipélago*, História, 2ª série, III, 1999.

_____, *População e Emigração nos Açores (1766 - 1820)*, Cascais, Patrimonia Histórica, 1999.

MATOS, Paulo Lopes, *O Nascimento Fora do Matrimónio na Freguesia da Ribeira Seca da Ilha de São Jorge (Açores): 1800-1910*, Guimarães, Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2007.

_____, “Os expostos do Concelho das Velas (1806-1874): Contributo para o seu estudo”, in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Actas do colóquio realizado na Horta de 8 a 12 de Maio de 2006, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2007.

_____; SILVA, Susana Serpa, “Oscilações populacionais, grupos e comportamentos sociais”, in *História dos Açores: do Descobrimento ao Século XX*, vol. II, direcção de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses, José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

MATOS, Paulo Teodoro de, “A população do Arquipélago dos Açores entre o Antigo Regime e o Liberalismo (1766-1835)”, in *Gentes das Ilhas- Trajectórias Transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro Entre as Décadas de 1740 a 1790*, organização de Ana Silvia Volpi Scott, Gabriel Santos Berute, Paulo Teodoro de Matos, São Leopoldo, Oikos, 2014.

_____, “Santa Cruz da Ilha Graciosa (1799 – 1850), população, grupos familiares e profissões”, *Arquipélago*, História, 2ª série, IV – nº 2, 2000.

_____; SILVA Tiago, “A população da ilha Graciosa, 1800-1900, Subsídios para o seu estudo”, *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, 2015, (no prelo).

_____; SILVEIRA Paulo, “População e movimentos migratórios. A atracção pelo Brasil (1766-1834)”, in *História dos Açores: do Descobrimento ao Século XX*, Vol. I, direcção de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses, José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

MENESES, Avelino de Freitas de, “A auto-subsistência e as novas culturas”, in *História dos Açores: do Descobrimento ao Século XX*, Vol. I, direcção de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

_____, “O povoamento”, in *História dos Açores: do Descobrimento ao Século XX*, Vol. I, direcção de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

_____, “Recursos, excedentes e carências”, in *História dos Açores: do Descobrimento ao Século XX*, Vol. I, direcção de Artur Teodoro de Matos, Avelino de Freitas Meneses, José Guilherme Reis, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 2008.

NEVES, António Amaro das, *Filhos das Ervas: A Ilegitimidade no Norte de Guimarães (Séculos XVI-XVIII)*, Guimarães, Núcleo de Estudos da População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 2001.

O’NEILL, Brian Juan, *Jornaleiras e Zorros: - Dimensões da Ilegitimidade Numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1985.

_____, *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras. Desigualdade Social Numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Colecção Portugal de Perto, Lisboa, Dom Quixote, 1984.

PEREIRA, Gaspar Martins, *Estruturas Familiares na Cidade do Porto em Meados do Século XIX: a Freguesia de Cedofeita*, Porto, Dissertação de Mestrado, 1986.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, “A população dos Açores no ano de 1849”, Ponta Delgada, 1982.

RODRIGUES, Teresa Ferreira, *História da População Portuguesa: das Longas Permanências à Conquista da Modernidade*, Porto, Centro de Estudos da População Economia e Sociedade, Afrontamento, 2008.

SÁ, Isabel de Guimarães, “Prefácio – Abandono de Crianças, identidade e lotaria: reflexos em torno de um inventário”, in *Inventário da Criação dos Expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, 1998.

SANTOS, Carlota; MESQUITA, Maria Hermínia, “Proprietários da Madalena e Criação Velha (ilha do Pico) em finais do século XIX. Família e Património (estudos de caso)”, in *Espaços Urbanos: Dinâmicas Demográficas e Sociais (Séculos XVII-XX)*, s.l., 2008.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste de Portugal (Sécs. XVIII a XIX)*, Guimarães, Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1999.

SHORTER, Edward, *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar, 1995.

LISTA DE FIGURA

Figura 1.1 - Mapa da Ilha Graciosa, (anterior a 1800), in "Mappas do Reino de Portugal e suas Conquistas", Autor Desconhecido.....	3
---	---

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1 - Evolução dos Efectivos, 1799-1840.....	23
--	----

Quadro 3.2 - Percentagem de Nascimentos Ilegítimos e Expostos na Ilha Graciosa, 1800-1840.....	31
---	----

Quadro 4.1 - Mães na Freguesia de Santa Cruz, por Estado Civil, 1790-1840.....	36
---	----

Quadro 4.2 - Naturalidade das Mães Solteiras, 1790-1840.....	37
---	----

Quadro 4.3 - Idade das Mães ao Nascimento do Primeiro Filho, 1790-1840 (Rol da Vila).....	41
--	----

Quadro 4.4 - Idade das Mães ao Nascimento do Primeiro Filho, 1790-1840 (Rol “dos campos”).....	42
---	----

Quadro 4.5 - Reincidência na Maternidade das Mães Solteiras, 1790-1840.....	45
--	----

Quadro 4.6 - Distribuição de Filhos das 147 Mães Reincidentes, 1790-1840.....	45
--	----

Quadro 4.7 - Estrutura Familiar das 39 Mulheres Solteiras a Viverem com Filhos, da Freguesia de Santa Cruz (Rol da vila de 1839), Segundo a Tipologia de Cambridge (Laslett).....	48
--	----

Quadro 4.8 - Estrutura Familiar das 30 Mulheres Solteiras a Viverem com Filhos, da Freguesia de Santa Cruz (Rol “dos campos” de 1839), Segundo a Tipologia de Cambridge (Laslett).....	49
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 - Pirâmide Etária da Freguesia de Santa Cruz, 1799.....	24
--	----

Gráfico 3.2 - Pirâmide Etária da Freguesia de Santa Cruz, 1814.....	25
Gráfico 3.3 - Pirâmide Etária da Freguesia de Santa Cruz, 1839.....	25
Gráfico 3.4 - Taxas Brutas de Natalidade em Santa Cruz, 1799-1840 (‰)....	28
Gráfico 3.5 - Taxas Brutas de Mortalidade em Santa Cruz, 1799-1840 (‰)..	28
Gráfico 3.6 - Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade na Ilha Graciosa (1800-1840).....	29
Gráfico 3.7 - Percentagem de Filhos Ilegítimos na Ilha Graciosa, 1800-1840.....	29
Gráfico 4.1 - Naturalidade das Mães Solteiras, 1790-1840 – Outros Locais (Freguesias).....	38
Gráfico 4.1A - Naturalidade das Mães Solteiras, 1799-1840 – Outros Locais (Freguesias em Percentagens).....	39
Gráfico 4.2 - Naturalidade das Mães Solteiras, 1790-1840 – Outros Locais (Ilhas).....	39
Gráfico 4.2A - Naturalidade das Mães Solteiras, 1790-1840 – Outros Locais (Ilhas em Percentagens).....	40
Gráfico 4.3 - Distribuição de Filhos das 147 Mães Reincidentes, 1790-1840.	46
Gráfico 4.4 - Residência das Mulheres com Filhos Ilegítimos (Rol da vila de 1839).....	51
Gráfico 4.5 - Residência das Mulheres com Filhos Ilegítimos (Rol “dos campos” de 1839).....	52